

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Comunicação e Expressão
Departamento de Jornalismo

Larissa Bronze C. Cabral

Honduras: jornalismo sob a mira de fuzil

Florianópolis
2011

Honduras:
jornalismo sob a mira de fuzil

Larissa Bronze C. Cabral

Honduras: jornalismo sob a mira de fuzil

Esta grande reportagem é resultado do trabalho realizado por Larissa Bronze C. Cabral para a conclusão do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, orientado pelo professor Helton Ricardo Barreto.

Florianópolis, junho de 2011

*Entrei na Casa da Justiça
do meu país
e comprovei que é um templo
de encantadores de serpentes.*

A Casa da Justiça, do poeta Roberto Sosa

Dedicatória

Dedico esse trabalho ao meu pai

Agradecimentos

Agradeço aos colegas do Desacato, especialmente, ao Raúl Fitipaldi, que foi a ponte fundamental para que eu realizasse esse trabalho e por ter me ajudado a despertar e acreditar nessa possibilidade;

aos colegas de Honduras que me receberam com muito carinho;

à minha família, minha mãe e minha irmã, que são um verdadeiro porto seguro;

ao Thiago Buzzzi, que tem sido um companheiro fiel, doce e dedicado;

às minhas amadas amigas Angieli, Flávia e Carolini, por proporcionarem momentos tão reparadores e alegres.

Por último, mas sem dúvida, não menos importante, agradeço ao meu querido professor Barreto, por todos os *deadlines* e por ter sido um verdadeiro orientador, me acolhendo e rabiscando todos os parágrafos que eu escrevi, sempre com sugestões e observações importantes.

Sumário

Introdução	8
Jornalistas no alvo	9
Amarras coloniais e reflexos seculares	23
As vítimas da impunidade resistem	31

Introdução

“Mas por que Honduras?”, foi a indagação que mais ouvi no período de produção desse trabalho, tanto aqui no Brasil, como lá. Sinceramente, também me faço ainda a mesma pergunta, mas nunca cheguei a uma resposta definitiva. Talvez, tudo tenha começado em março de 2010, quando tive a oportunidade de entrevistar o apresentador Rony Martínez, em Florianópolis, para o portal de notícias Cotidiano, onde eu tinha uma bolsa da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Nessa ocasião, minha primeira sensação foi de completa ignorância, pois confesso que, antes do encontro, tive que visitar o Sr. Google para checar se sabia mesmo onde está localizado o país.

Depois, senti um misto de perplexidade e admiração. Eu estava em frente a um jovem, poucos anos mais velho que eu, e que me contava como enfrentou a violência de autoridades estatais, ameaças de vida a ele e sua família, um verdadeiro terrorismo, para exercer o Jornalismo. O país onde ele mora estava vivendo uma crise muito séria e complexa, ocasionada por um golpe de estado (em pleno século XXI!) e a única coisa que eu me lembrava de ter visto sobre o tema, nos meios de comunicação, era quanto transtorno um senhor bigodudo e de chapéu de caubói estava causando na embaixada do Brasil em Honduras. Fiquei chocada, confusa, inspirada.

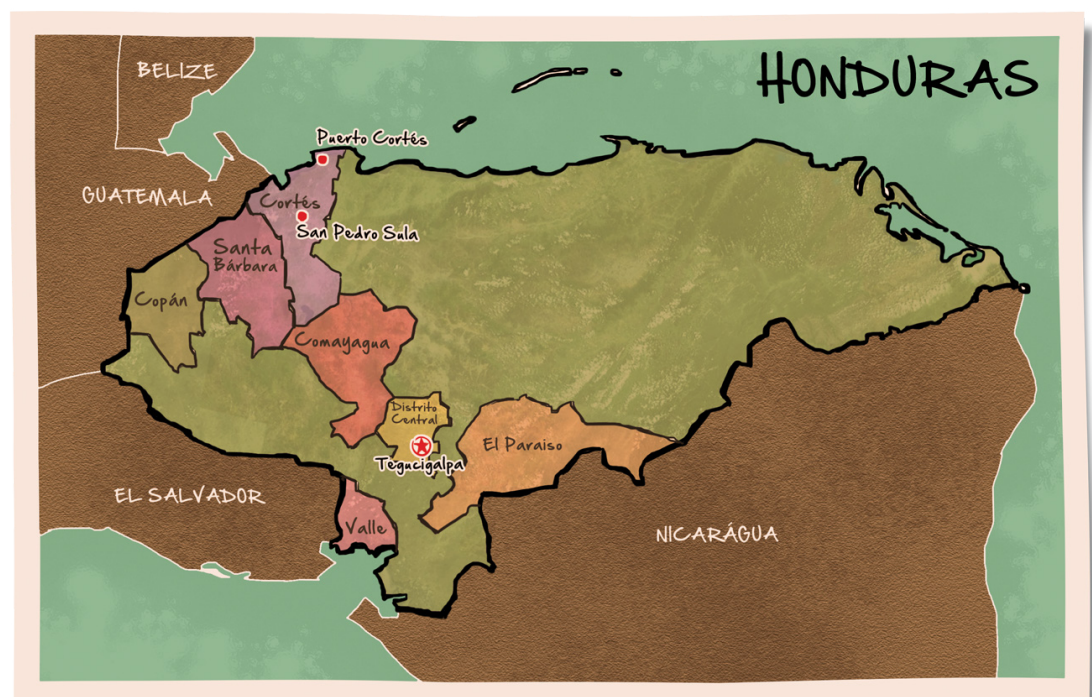
Rony Martínez narrou cenas cinematográficas e expressou profunda indignação por ter presenciado as invasões militares violentas, na rádio onde trabalhava. Mais revolta ainda era causada pela impunidade, pela falta de justiça e pelo sentimento de vulnerabilidade de um povo que não estava de acordo com a situação que havia sido imposta e que estava sofrendo forte repressão, sem poder reclamar, sem ter onde se amparar. Imaginei que poderia ter sido eu, tentei prever o que eu faria e estabelecer algum tipo de relação com o Brasil, buscando algum exemplo de coragem e ousadia como a da Rádio Globo e outros meios alternativos e independentes de Honduras, que emergiram nesse contexto.

No começo de 2010, eu estava em um momento decisivo no meu curso de Jornalismo da UFSC, em que tinha que definir o que eu iria fazer como meu trabalho de conclusão de curso, o temido TCC. A experiência foi mais que motivadora. No mesmo dia da entrevista com Martínez, encontrei-o juntamente com Ronnie Huete e um pequeno grupo, que agregava jornalistas, cineastas, estudantes e outros, para um bate-papo sobre Honduras. Fiquei mais impressionada e comeci a fazer contatos fundamentais. Estava decidido que aquele seria meu trabalho.

Diante de algumas dificuldades que surgiram de lá para cá, tentei mudar de tema, abortar o projeto e buscar algo mais simples e cômodo. Porém, eu estava tomada pela inquietação, vendo que eu poderia fazer algo que, para mim, fosse muito mais que um trabalho final da graduação, algo que poderia mudar a minha vida, ampliar minha visão do mundo e proporcionar uma vivência única, diante da incerteza do meu futuro, com o diploma na mão, em um país dominado por monopólios na comunicação jornalística. Mas afirmar que esse trabalho será igualmente importante para quem irá lê-lo e para as pessoas que conheci naquele país da América Central talvez seja presunçoso.

Sem nunca me sentir preparada, parti para Honduras no dia 28 de fevereiro de 2011 e lá fiquei por 14 dias. Não esperava viver metade do que vivi e nem ser tão bem recebida. O Jornalismo que vi lá me ensinou muito e me inspirou, porém as fronteiras do meu projeto, de certa forma, se ampliaram, pois aquela realidade se mostrou impressionantemente complexa e envolvente.

Essa grande reportagem é o resultado de meses de pesquisa e dessa viagem que, sem dúvidas, mudou minha vida como cidadã e como futura jornalista. Ainda tenho dúvidas, não escrevo como gostaria e vivo o conflito da prática versus teoria. Mas, tenho tranquilidade para afirmar que o primeiro grande desafio foi superado e tornou-se um passo muito importante no meu processo de aprendizagem.





As instalações da TV e Radio Globo estão localizadas em um prédio rosa de três andares, na movimentada Boulevard Morazán



David Romero Ellner é formado em Jornalismo e Direito pela UNAH e trabalha na Radio Globo há quatro anos



Rony Martínez especializou-se em preparação de pinturas arquitetônicas, antes de integrar a equipe da rádio

No dia 28 de junho de 2009, o então presidente de Honduras, Manuel Zelaya Rosales, pretendia aproveitar a ocasião das eleições no país para adicionar uma quarta urna e realizar uma consulta popular. Poderia ser uma manhã comum, em que David Romero Ellner e Rony Martínez, o primeiro diretor-executivo e o outro apresentador da Radio Globo Honduras, chegariam à sede da rádio às 5h55 para que, na companhia do técnico Frankie Mejia, dessem início ao programa Notícias Radio Globo. Essa data, contudo, é apontada por eles e outros profissionais do veículo, como o dia que não será esquecido.

A Boulevard Morazán, larga avenida onde está localizado o prédio rosa, onde estão instaladas a Radio e TV Globo, estava tomada por militares. Vários homens fardados quiseram impedir a entrada dos jornalistas no prédio. “Eram dois caminhões cheios de militares para tomar a rádio. Disseram-nos que não podíamos entrar porque tudo estava tomado”, conta Rony Martínez.

No trajeto entre sua casa e o trabalho, Martínez recorda que viu muitos comandos militares e caminhões, mas achou que as Forças Armadas haviam decidido apoiar Zelaya, em sua atividade de consulta popular. “Quando chegamos aqui, acessamos à internet e a Telesur já informava que houvera um golpe de estado em Honduras. “O

secretário privado do presidente, Eduardo Enrique Reina, me ligou para contar o que havia acontecido”, conta o apresentador, “como uma rádio identificada com o povo, não podíamos deixar passar a oportunidade de informar o que estava acontecendo”.

Na madrugada do dia 28 de junho, o Exército invadiu a casa do presidente e, pela força das armas forçou-o, ainda de pijamas, a deixar o país. A decisão foi tomada pela Corte Suprema de Justiça, que emitiu um mandado de prisão contra Zelaya. Além disso, o presidente, agora deposto, foi deportado para San José, na Costa Rica, atitude não autorizada pela autoridade judicial e que contraria o Artigo 102 da Constituição de Honduras, que determina que “nenhum hondurenho pode ser expatriado ou entregue pelas autoridades a uma nação estrangeira”.

Um dia antes, no sábado, o diretor-executivo da Radio Globo havia realizado uma reunião com a equipe de trabalho para combinar a cobertura da quarta urna, uma consulta popular em forma de plebiscito, para saber se os hondurenhos apoiavam ou não a realização de uma Assembleia Constituinte para alterar a Carta Magna do país. As atividades do domingo, depois que os profissionais conseguiram negociar a entrada na rádio, tomou outra rumo: informar ao país e ao mundo que em Honduras estava ocorrendo golpe de estado. “Imediatamente chamei os companheiros repórteres, dividimos as tarefas e em pouco tempo todos estavam incorporados na cobertura”, conta Ellner. Às 9h, ele recebeu uma ligação do assessor do chefe das Forças Armadas Romeo Vásquez Velásquez dizendo que deveriam baixar o tom, ameaçando-os.

MORDAÇA - A Radio Globo começou a sentir na pele as consequências de falar o que quase ninguém dizia e de ir contra as ordens arbitrárias das autoridades. A notícia veiculada na maioria dos meios de comunicação tradicionais, tanto hondurenhos como de outros países, era de que o que havia acontecido era uma sucessão constitucional. “Foi um domingo de esportes, futebol, igreja, religião, mas nada sobre os militares nas ruas, sobre a violência contra Zelaya e sobre nosso governo acéfalo”, indigna-se Rony Martínez.

Com menos de 20 minutos de transmissão, o sinal da Radio Globo foi cortado, configurando mais um ato de censura. Os técnicos da rádio conseguiram instalar outra antena, que tinha menor alcance na capital Tegucigalpa, mas estabeleceram a transmissão pela internet. “As pessoas buscavam saber o que acontecia no país, mas a maioria dos meios de comunicação não dizia nada. Já na Radio Globo, havia informação e nossa página teve muitos acessos. De lá, informávamos para o mundo inteiro”, conta o apresentador.

À tarde, o diretor-executivo da rádio recebeu uma nova ligação do Exército. Disseram que os jornalistas deviam se calar senão, iriam tirá-los de lá porque estavam “distorcendo a verdade”. Por volta das 17h, os militares voltaram ao prédio e começaram a golpear os portões com uma barra de ferro para forçar a entrada. David Romero Ellner ligou para titular da Comissão Nacional dos Direitos Humanos (Conadeh), Ramón Custódio, e disse que necessitavam auxílio. Custódio afirmou que não podia atendê-los, pois a Radio Globo “tinha buscado aquilo”, e que tinha coisas mais importantes para fazer e que, inclusive, participaria da sucessão constitucional de Roberto Micheletti, que era presidente do Congresso Nacional e fora indicado ao cargo presidencial.

Naquele momento, Rony Martínez, David Romero Ellner, sua esposa e na época jornalista da Radio Globo, Lidieth Diaz, os técnicos da rádio Miguel Ordoñez, Frankie Mejia e Tito Villatoro, assim como o dono da Radio e TV Globo, Alejandro Villatoro, estavam no local. Algumas pessoas ligaram para avisar que havia uma ordem de captura contra David Romero Ellner. “Sabia que se me pegassem, poderiam me torturar ou sumir comigo. O instinto de sobrevivência me disse ‘Vai!’ e eu fui. Saltei pela janela do estúdio, que fica no terceiro andar. Quebrei meu braço, mas consegui escapar”, conta ele.

Rony Martínez, Lidieth Diaz, os técnicos e Alejandro Villatoro continuavam no prédio, quando às 18h, cerca de 50 militares entraram. “Todos no chão e mãos na cabeça!”, gritavam ameaçadores. Martínez conta que os invasores perguntaram quem é que estava transmitindo, de quem era a voz no ar, mas ele falou que era uma pessoa em outro setor. “Eles acreditaram porque eu vestia roupas muito simples, um boné e aparentava ser muito jovem para falar em um microfone. Isso me salvou”, conta o jovem aliviado.

Os militares mandaram todos deitarem no chão com as mãos na cabeça. Tomaram os telefones móveis e depois de pedirem a identidade de cada um, começaram a fazer seus registros, sob ameaças constantes de morte. O téc-

nico Frankie Mejia foi um dos mais maltratados porque, na época, não tinha 18 anos e não andava com seus documentos. “Atiraram meu telefone contra minha cabeça, me levantaram e me agarraram pela camiseta, assustei-me bastante. Eu pedia ‘por favor’ para eles me soltarem e eles me respondiam ‘Não fale nada, negro, que nós vamos te matar’”, conta o jovem de apenas 20 anos, que foi o mais agredido na ocasião. Os militares também invadiram a sala do dono da Radio Globo, Alejandro Villatoro. “Apontavam seus rifles para mim, estragaram as câmeras de segurança e se foram”, conta.

Todos que estavam lá tiveram que caminhar com as mãos na cabeça em direção ao caminhão do Exército e foram levados pelos militares ao Ministério Público. “Foi feio, porque nos trataram como criminosos, na frente de todos. Pensávamos nas nossas famílias, mas de certa forma nos sentíamos mais fortes, naquela situação, por estarmos juntos”, revela o jovem técnico Miguel Ordoñez. No Ministério Público, ficou definido que só poderiam voltar a transmitir no dia seguinte.

EMPASTELAMENTO - “Sabíamos que, a partir daquele momento, o regime nos considerava seus inimigos”, afirma o diretor-executivo da Radio Globo, contudo, a equipe optou por continuar informando o povo hondurenho sobre o golpe e os acontecimentos decorrentes dele. No dia 29 de junho, os profissionais da rádio retomaram seu trabalho sob a condição de que não falassem sobre golpe de estado, mas sim sucessão constitucional. A exigência não foi atendida. “Quando chegamos às instalações, encontramos os computadores no chão, cabos desconectados, portas estragadas, papéis jogados, tudo desorganizado. Ficamos muito chateados, mas recomeçamos a informar”, lamenta Martínez.

Antes do episódio, a Radio Globo não era tão conhecida como atualmente. Tinha cerca de 6% de audiência em Tegucigalpa. A partir desse momento, a rádio e seus profissionais se engajaram na luta pela defesa da democracia no país. Posicionaram-se e passaram a produzir e apresentar um conteúdo diferenciado em relação aos demais meios de comunicação tradicionais, como o jornal El Heraldo e as rádios America e HRN. Essa atitude teve reconhecimento da população hondurenha e estrangeira, que buscavam informação. Logo, a popularidade da rádio aumentou exponencialmente.

No dia 29 de junho, a Radio Globo escreveu uma carta à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, sediada na Costa Rica, denunciando o que havia acontecido. “Sentimo-nos muito tristes, decepcionados e com medo por terem nos negado ajuda aqui”, recorda o jornalista Rony Martínez. Ele confessa que estavam vivendo um estado de invulnerabilidade total, em que ninguém iria defendê-los. “Não podíamos chamar a polícia, os órgãos governamentais dos direitos humanos, o Ministério Público e muito menos a Corte Suprema de Justiça e por isso fizemos a denúncia.”



Miguel Ordoñez
trabalha como DJ nas horas vagas



Manuel Alvarado começou a trabalhar
na Radio Globo em dezembro de 2008

No dia 3 de julho, a Comissão concedeu medidas cautelares à Martínez, Lidieth Diaz, David Romero, Frankie Mejia, Alejandro Villatoro e à Radio Globo, em geral, além de Esdras Amado Lopez, do Canal 36 – também fechado pelos militares. “Desde aí, vivemos com essa medida, que, supostamente, obriga o governo a nos dar proteção, mas, na realidade, é teoria. A prática não existe. O governo diz que não tem policiais e não pode nos dar nenhum tipo de proteção”, relata Martínez.

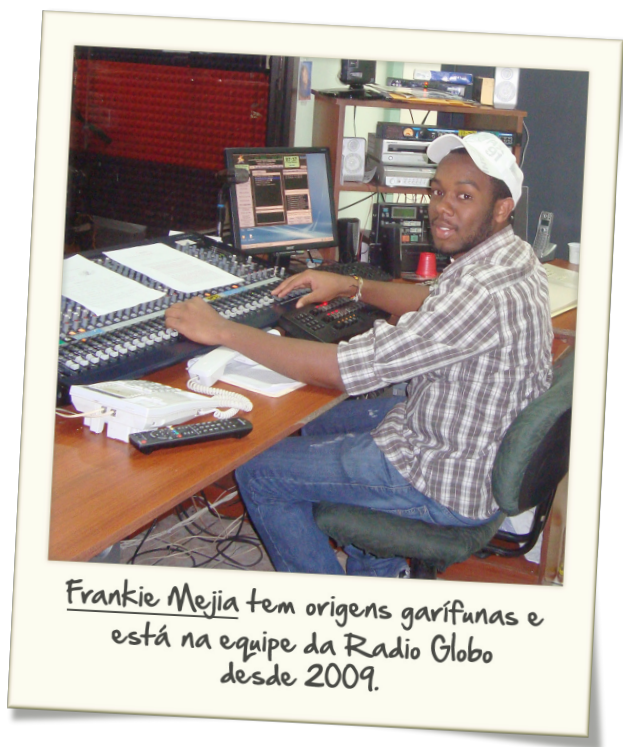
ORIGENS - Rony Martínez tem 27 anos e nasceu em uma aldeia chamada El Porvenir #1, na zona oeste de Honduras, em Danlí, El Paraíso. É uma zona rural montanhosa, com muitos bosques. Lá não há luz elétrica e a água potável só chegou nos anos 90. Ele mudou-se para Tegucigalpa, quando tinha 15 anos, para concluir os estudos e buscar melhores condições de vida. Seus pais ainda moram nessa aldeia, onde cultivam café. A falta de recursos não deu outra opção ao jovem, senão conciliar trabalho e estudos. No começo, trabalhou para alguns chineses com carga e descarga de produtos, e mais tarde, em uma empresa de pinturas arquitetônicas.

“Conseguir trabalho em Honduras é muito difícil. Diversas vezes trabalhei apenas em troca de comida, sem saldo de dinheiro”, comenta Rony Martínez. Atualmente, a situação do desemprego é uma questão delicada em Honduras. O país tem menos de oito milhões de habitantes e, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), cerca de 1,2 milhão deles estão desempregados, o que corresponde a mais de 15% da população.

O jornalista conta que, uma vez estava sem emprego e não tinha dinheiro para comer. “Apresentei-me à Força Aérea, para ser militar. Não queria isso, mas sabia que lá poderia comer e manter meus estudos. Contudo, não fiquei muito tempo, pois apanhei muito.” Sua mãe, Rosa Gloria Chávez Lobo, que tem 46 anos, lhe disse que não queria que ele fosse militar e que iria trabalhar com o que fosse para ajudá-lo. “Isso me comoveu muito. Então, saí atrás de outro emprego e depois de muita procura, consegui.”

Martínez começou a trabalhar na política com Manuel Zelaya. Ele era dirigente jovem pelo Partido Liberal na colônia Kennedy, que é uma favela, durante a campanha política do presidente deposto. Nessa função, destacou-se como mestre de cerimônias em palestras de políticos. Já na universidade, o rapaz conseguiu um trabalho no governo. Nessa época, uma amiga de David Romero Ellner convidou o jovem para ir à rádio e disse que iria falar para o diretor-executivo que o rapaz tinha uma boa voz para o ofício. “Marcamos uma reunião com ele e eu pedi





Frankie Mejia tem origens garífunas e está na equipe da Radio Globo desde 2009.

uma oportunidade porque já estudava Jornalismo. Ele me disse que sim, mas que eu teria que me esforçar muito. Comecei a trabalhar na Radio Globo há mais de dois anos”, diz.

Quando ele começou nesse veículo, trabalhava ao lado de David Romero Ellner e Onán Figueroa, a segunda voz da rádio. “Nessa época, eu só falava a hora. O companheiro dizia ‘Em Notícias Radio Globo’, eu completava ‘são sete e vinte da manhã’ e David repetia o horário”, lembra com um sorriso no rosto. Martínez ficou nessa função por dois meses e com a saída de Figueroa, passou a participar mais da programação. Atualmente, o jovem jornalista vive com suas duas irmãs, a esposa, Cinthia Liliana M. Guzmán, de 22 anos e seu filho Yassir Alejandro M. Martínez, de dois anos de idade.

PERSEGUIÇÃO QUASE FATAL - Rony Martínez trabalhava há apenas sete meses na Radio Globo, quando houve o golpe de estado. Sua esposa recorda que, no momento da invasão, sua família estava assistindo à televisão. “Logo a luz se foi, então, Rony me ligou para dizer o que estava acontecendo. Todos em casa estavam muito assustados.” Nessa época, Yassir tinha apenas três meses. Cinthia revela que queria sair e ir para onde estava seu companheiro, mas não podia. “Não podíamos ir às ruas porque estavam tomadas pelo Exército. Parecia o fim, uma catástrofe porque havia militares por todos os lados.”

A partir daquele momento, a rotina da família mudou drasticamente. Ficavam com a porta sempre trancada. Havia dias que, por medo, Martínez não ia dormir em casa, sempre tinha a companhia de colegas que o seguiam para dar segurança e ele dormia vestido, no caso de algo acontecer e ele ter que fugir. “Tinha noites que não dormíamos. Ficávamos pensando no que ia acontecer, amedrontados pelo que poderia acontecer conosco. Qualquer barulho que escutássemos, já nos deixava preocupados” conta Cinthia com seus grandes olhos arregalados.

Ela relata que seu companheiro constantemente era seguido e observado. Por isso, a família já mudou de casa duas vezes. Uma vez, os dois foram ao casamento de um amigo de Martínez, no qual ele estava como mestre de cerimônia. Cinthia viu um homem, que parou na porta e lhe chamou a atenção porque a festa era de gala, mas ele vestia jeans, tênis, boné e jaqueta.

O homem estava falando no telefone e observando tudo. Entrou, deu uma volta no salão e voltou à porta. Diante da situação estranha e ameaçadora, Cinthia e Rony decidiram voltar para casa e entraram no elevador. Havia outro homem perto dali e aquele primeiro sujeito foi em direção ao casal, fazendo sinal para que o outro viesse também, enquanto segurava a porta. “Eles entraram, mas um senhor, por sorte, entrou também. Como era de um piso ao outro, em um segundo a porta se abriu e eles ficaram olhando. Rony me disse para ficarmos no hall de entrada até que eles fossem embora”, lembra. Ele e Cinthia continuaram caminhando e os dois homens suspeitos seguiram atrás deles. Logo passaram, cruzaram a rua e um deles escondeu uma arma na cintura. Fizeram mais uma

chamada, subiram na moto e se foram. Naquela noite, um amigo de Martínez acompanhou-os até a sua casa para garantir a segurança do casal.

BOCAS FECHADAS - A preocupação e as medidas tomadas pela segurança de Rony e sua família não eram em vão porque, assim como diversos jornalistas hondurenos, eles viviam sob ameaças e sofreram atentados algumas vezes. Desde julho de 2009 até maio de 2011, 13 jornalistas foram assassinados em Honduras, segundo o Comitê pela Livre Expressão C-Libre. No dia 17 de maio de 2011, a Anistia Internacional publicou um relatório no qual aponta a América Latina como a segunda região mais perigosa do mundo para jornalistas. Honduras está na lista de países onde a imprensa não é considerada livre ou independente, juntamente com o México, atrás apenas no Paquistão.

Um relatório da Freedom House concluiu que, “a capacidade de jornalistas de trabalhar com segurança em Honduras foi severamente comprometida no início de 2010” por um aumento acentuado de assédio e ataques, incluindo a morte de seis jornalistas somente no mês de março de 2010. A agressão e a intimidação vieram de ambos os lados do espectro político, e o aumento da violência tem sido “acompanhada de um clima de impunidade em que as mortes de jornalistas não são investigadas em profundidade, ou em tempo oportuno”.

De acordo com o Comitê de Familiares de Presos Desaparecidos em Honduras (Cofadeh), os jornalistas assassinados desde 3 de julho de 2009 até maio de 2011 foram: Gabriel Fino Noriega, Joseph Hernández Ochoa, David Enrique Meza, Nahúm Palácios, José Bayardo Mairena, Manuel Juarez, Luis Antonio Chávez Hernández, Luís Arturo Mondragón, Israel Díaz Zelaya, Henry Suazo, Héctor Francisco Medina Polanco e Luís Mendonza.

CLANDESTINOS - No dia 28 de setembro, a Radio Globo voltou a ser invadida pelos militares. “Acredito que 28 de setembro foi o dia mais doloroso”, afirma Manuel Alvarado, técnico da rádio. Como todos os dias, Alvarado e Rony Martínez chegaram juntos ao prédio. O céu ainda estava escuro, mas em poucos minutos deveriam colocar o programa no ar. No dia anterior, a Radio Globo havia sofrido novas ameaças telefônicas alertando que a emissora “deveria calar-se ou ser tirada do ar”. Nessa época, um vigia chamado Carlos trabalhava para a rádio.

David Romero Ellner, Martínez e o técnico subiram os dois vãos de escada, abriram as portas e começaram a se preparar para começar o Notícias Radio Globo. Poucos minutos depois de iniciarem, o celular de Manuel toca e o identificador de chamadas acusa uma ligação do vigia. “Manuelito, saiam daí, vão embora, escondam-se. Há cerca de dez contingentes militares chegando, armados até os dentes. Estão subindo e cercando a rádio, até no teto. Saiam daí porque eles estão prontos para atirar”.

Alvarado avisou Ellner. Os três homens respiraram fundo e foram ver o que estava acontecendo. De fato todo o Boulevard Morazán estava cheio de contingentes. Eles voltaram aos microfones e David começou a contar a todos os ouvintes da Radio Globo o que estava acontecendo. Mais uma vez, os militares tinham um grande instrumento, que era levantado por vários homens, para forçar os portões da rádio e assim o fizeram. “Podíamos ouvir os estrondos aqui de dentro. Nesse momento, o vigia me ligou novamente. ‘Irmão, vão abrir!’. Ao ouvir os golpes, senti medo, muito temor. Pessoas que querem entrar a força não trazem nada de bom, não é?”, indaga Manuel Alvarado.

Enquanto se ouvia os militares tentando romper a entrada, o diretor-executivo da rádio narrava ao vivo o que estava acontecendo. O passo a passo da invasão foi ao ar, para toda a sua audiência. Os militares estavam tomando a Radio Globo mais uma vez, iam entrar e para os que estavam lá dentro, talvez fosse a última vez que fossem falar naqueles microfones. “Não sabíamos o que eles iam fazer, como iriam reagir, o que tinham em mente. Iam nos capturar? Agredir? Matar? Só restava esperar eles conseguirem entrar para ver o que iria acontecer”, conta Alvarado.

“Nesse momento, como dizem por aí: um homem prevenido vale por dois. Na noite do dia 27, havíamos deixado uma corda na parte de trás do edifício para escapar”, conta com entusiasmo o rapaz de bigode volumoso e cabelo muito negro, enquanto opera a mesa de som. Para ele, as declarações daquela noite, veiculadas nos meios conhecidos como “golpistas”, e as declarações de Roberto Micheletti davam a entender que iriam fechar a rádio.

“Eles nos viam como insubordinados, mentirosos, que afetavam os seus interesses, então, de certa forma, estávamos sob aviso.”

Quando perceberam que os invasores estavam perto, os apresentadores se despediram dos ouvintes. Achavam que seriam mortos e com isso em mente, fizeram os últimos pronunciamentos no ar. O técnico avisou Martínez que não havia mais tempo. “Era possível senti-los aqui dentro.” Alvarado abriu todos os microfones, inclusive o de dentro da cabine de som, deixaram tudo no automático e saíram correndo.

O primeiro a se atirar foi o jovem locutor. Nesse momento, Fausto Villatoro, fotógrafo e irmão do dono da Radio Globo, ligou para os colegas e disse que iria esperá-los no portão do terreno trás do edifício. Ele estava de carro e disse que iria socorrê-los. O próximo a descer foi Ellner, deixando o técnico por último. Segundo ele, sentiu vontade de se jogar, porque o diretor-executivo, “por ser um pouco mais gordinho”, demorou muito. “Don David, apure-se, apure-se! Eles estão vindo”, gritava Alvarado, enquanto segurava um laptop e uma maleta. Depois que o técnico se lançou, os três começaram a correr em direção ao portão. Ao chegar lá, encontraram a saída trancada e de longe já viam os militares dentro da rádio.

“Meu Deus, vão disparar”, falou Ellner, temeroso. Havia um homem, que estava cuidando do terreno, ao qual pediram ajuda. “Irmão, querem nos capturar. Abra o portão para que possamos sair”, pediram. Fausto Villatoro já os esperava do outro lado. O homem, meio sonolento, levantou-se da cama. O portão não tinha um cadeado, mas era fechado por uma espécie de grande parafuso, com uma porca de aproximadamente dez polegadas de largura. “Ainda tivemos que desenroscar aquilo. Estávamos desesperados. Se pegassem David, não sei o que aconteceria com ele”, lembra com angústia Alvarado.

Eles subiram no carro do jeito que foi possível e foram para a casa de Alejandro Villatoro, em Las Lomas. Como a rádio já estava fora do ar, começaram a pensar no que iriam fazer. Por precaução, já haviam deixado alguns equipamentos na casa do dono da Radio Globo, devido às advertências da noite passada. “Sabíamos que algo incomum iria acontecer. Os militares tomaram a rádio, fecharam-na, destruíram tudo e deixaram todos sem ouvir a verdade”, conta o técnico.

Depois de armarem os equipamentos, foram procurar um local para transmitir. Dirigiram-se ao apartamento do irmão de Alejandro Villatoro, Tito, no bairro Las Vegas, e lá montaram acampamento. Por volta das 10h, já estavam com um servidor para transmitir pela internet. “Os golpistas ficaram muito bravos porque hoje em dia, todos têm computador e internet e estavam nos escutando por esse meio. Não estávamos completamente calados”.

Nessa invasão o estrago foi muito maior. “Levaram dinheiro, computador, muitas coisas”, revela Alejandro Villatoro. David Romero Ellner acrescenta que nesse dia, levaram todo o equipamento, inclusive a mesa de som. “Nessa ocasião, eu chorei porque me senti impotente”, confessa. A Radio Globo teve que ser fechada no dia 28 de setembro e só voltou a funcionar no dia 19 de outubro. Durante esse período, mantiveram a transmissão pela internet, apenas com a programação musical e eventuais informes.

Várias rádios de todo o país passaram a transmitir o sinal clandestino da Radio Globo, no dia 28 de setembro: Radio Gualcho, em Tegucigalpa; Radio Del Occidente, em Copán; Radio Progreso, em Progreso; Radio Uno, em San Pedro Sula, por exemplo. Ellner acredita que o sinal da rádio assegurou 80% de cobertura no território nacional pela internet, com uma inédita ajuda popular. “As pessoas nos carros, com internet móvel, conectavam ao sinal da rádio e colocavam nos auto-falantes. Em alguns bairros, moradores posicionavam equipamentos de som potentes nos pátios e ficavam nos escutando. Foi um fenômeno muito bonito e acredito que nossa decisão foi correta”.

Manuel Alvarado diz que sua família ficou preocupada com o fechamento da rádio e por não saber se ele iria voltar a ter trabalho. “Fiquei incomodado e triste porque tenho amor por esse veículo e gosto de trabalhar aqui. Chegamos a pensar que Radio Globo não ia mais voltar”. De acordo com ele, é difícil encontrar trabalho em Honduras, ainda mais depois do golpe. “Iriam perguntar de onde eu vinha e eu iria dizer ‘Radio Globo’”. A negativa seria quase inevitável.

AMEAÇA NO BOLSO - Mesmo com a rádio fechada, Alejandro Villatoro continuava a pagar os funcionários e contas da empresa. “Alguns amigos diziam que eu não deveria me envolver em mais problemas. Eu sabia que ia perder anunciantes, mas não me importava”, relata com a expressão tranqüila. Ele estava certo: a publicidade só voltou em maio de 2010, depois de aproximadamente de um ano sem anunciantes. “Conseguimos nos sustentar por causa da ajuda financeira das minhas outras empresas. O mais importante era continuar informando. Paramos somente algumas horas.”

Segundo o diretor executivo da Radio Globo, antes do golpe eles tinham muitos anunciantes, como uma empresa de telefonia celular, uma distribuidora de veículos, entre outros. “Acredito que alcançava cerca de um milhão de lempiras em publicidade que, como em qualquer empresa comercial, era o que sustentava o nosso trabalho e mantinha a rádio funcionando”, estima.

Na opinião de Ellner, o dono da rádio não visa ter muito lucro. “Ele busca o suficiente para pagar a planilha. Se sobrar para ele, tudo bem. Senão, tudo bem também, porque ele tem outros meios de ganhar dinheiro”. Ele explica que Villatoro tem outras empresas, (como a Água Avia, de purificação e engarrafamento de água) que geralmente são quem pagam as contas. “É uma boa política, que não é típica da maioria dos outros empresários daqui.”

David Romero Ellner conta que, na época do golpe de estado, eles tinham publicidade institucional, do governo e privada. “Sofremos muito economicamente. Os golpistas fizeram uma reunião com empresas privadas e ordenaram que, quem tivesse publicidade com a gente, interrompesse.” O governo, logicamente, cortou a sua parte imediatamente. Os únicos anúncios que restaram foram da Água Avia e a Toyota, que solicitou, na época, que não transmitissem a publicidade, mas mantivessem o contrato.

Mesmo recorrendo ao seu próprio dinheiro, oriundo de outros negócios, para pagar os salários dos funcionários, em dezembro de 2009, Villatoro avisou que não estava mais dando conta da demanda. Ellner e o dono da rádio reuniram a equipe e disseram que não tinham a intenção de despedir ninguém, mas que estavam juntos em uma situação bastante delicada. “O pessoal entendeu e assim sobrevivemos, mesmo sem fundos”, garante o diretor-executivo da Radio Globo.

Como em qualquer país, em época de campanha política em Honduras, geralmente, os meios de comunicação faturam muito. “Em um período normal de campanha” Ellner acredita que “faturávamos algo em torno de seis, sete, oito milhões de lempiras, só de setembro a dezembro”. Mas a rádio ficou de fora das eleições presidenciais do país, no final de 2009. “Não nos permitiram nada, mas assim passamos.”

Em janeiro de 2010, quando o governo de Porfirio Lobo Sosa já havia assumido, uma das primeiras coisas que o presidente fez foi ligar para Ellner. “Somos amigos pessoais, da década de 70. Ele foi de esquerda, comunista. Temos uma amizade muito bonita.” Lobo comunicou que iria apoiar a Radio Globo. Pediram que mandassem um contrato de publicidade para campanhas do governo, então, a rádio recomeçou a faturar.

Tanto que o diretor-executivo, atualmente, comemora: a Radio Globo está muito bem posicionada, geralmente, em primeiro lugar de audiência. Por isso, as empresas privadas estão voltando, pouco a pouco, a anunciar. Apesar de ainda não apresentarem a mesma quantia de anunciantes em relação à época do golpe, eles já têm, por exemplo, publicidade com empresas de telefonia celular como Tigo, Claro, Digicel. “Já há dinheiro indo para o banco e



acredito que isso seja mérito da nossa audiência.”

As empresas estão se dando conta que a audiência da rádio é de um público de grande poder de consumo. São pessoas da classe média, classe média baixa, alvo das agências de publicidade. Com isso, os anunciantes estão chegando aos poucos e comprando espaços para anunciar. David Romero Ellner revela preocupação e preza pelo cuidado para não comprometer a política editorial da rádio com a publicidade. “A propaganda não vai determinar o nosso conteúdo. Não vai definir o que temos ou não que dizer, como vamos dizer, quem devemos favorecer ou combater”, explica.

O mega-empresário hondurenho Miguel Facussé, que é considerado suspeito de casos de repressão violenta e assassinatos de camponeses em El Bajo Aguán, quis anunciar na Radio Globo. O diretor-executivo foi pessoalmente perguntar o motivo do interesse e Facussé disse que era porque eles tinham muita audiência. “Perguntei-lhe se queria algo a mais e ele disse que não, não impôs nenhuma condição.” Segundo Ellner, os microfones da rádio estão abertos à população e, constantemente, ligam para protestar e dizer que o mega-empresário é assassino, por exemplo. “Nós deixamos que se expressem”, confessa.

David Romero Ellner acredita que a reaproximação da rádio com o governo atual pode ter sido um pouco influenciada pela sua amizade com Pepe Lobo, mas esse fator não foi determinante. A política do presidente, assim com a dos meios de comunicação tradicionais, em geral, é para passar a idéia de que o princípio da liberdade de expressão não é violado em Honduras. “Até agora, durante o governo de Porfírio Lobo Sosa, jamais me ligaram para dizer ‘fale isso ou não fale aquilo’. Não sentimos a pressão que sentíamos no governo de Micheletti”. Na opinião do jornalista, o objetivo do governo Sosa é mandar ao exterior a mensagem de que a liberdade de expressão foi restituída.

FALAR E FUGIR - A repressão violenta aos jornalistas e profissionais da área da comunicação, em geral, não se limita apenas a Tegucigalpa e ocorre desde o dia do golpe militar, em 28 de junho de 2009. Para o analista político, Ricardo Salgado Bonilla, as pessoas que estavam reunidas no dia 28 não estavam agrupadas e mobilizadas por causa de nenhum movimento social específico, mas sim em decorrência da quarta urna que o presidente estava propondo. Antes das 6h, Bonilla se deu conta do acontecimento por meio do canal Telesur. “Chegamos à Casa Presidencial por volta das 6h30 e havia uma imensa quantidade de pessoas, número que só aumentou, no decorrer do dia”, conta ele.

Honduras ficou, desde o momento em que levaram Zelaya, vestido de pijamas, para a Costa Rica até aproximadamente às 14h do dia 28, sem governo. Nesse período, o povo e as forças se avolumaram. No dia seguinte, por volta das 13h, os militares desalojaram as pessoas com muita violência para que Roberto Micheletti pudesse entrar no palácio. As pessoas já estavam cansadas, mas houve uma grande explosão, muita confusão. A energia elétrica foi cortada e colocaram um batalhão inteiro na zona da Casa Presidencial, inclusive com tanques. “Foi a primeira repressão dessa envergadura que conhecemos, desde 1963, quando houve outro golpe [ocorrido em 3 de outubro de 1963, também comandado pelas Forças Armadas, na figura do coronel Oswaldo López]. A partir daí, as coisas ficaram muito mais feias. Províncias e departamentos (como são chamados os estados em Honduras) inteiros do país foram cercados, fizeram atrocidades.”



Ronnie Huete foi ameaçado de morte em Honduras e refugiou-se em Florianópolis

Bonilla entende que os meios de comunicação golpistas nunca reconheceram toda essa violência. Agora, timidamente, afirmam que há dúvidas se foi uma sucessão constitucional ou golpe de estado. Eles dizem que as mortes são duvidosas, inventadas. De fato, poucos crimes são investigados no país. Muitos deles são crimes políticos, mas tratados como crimes comuns, resultados de acerto de conta entre gangues ou mera delinquência, por exemplo.

O jornalista Ronnie Huete esteve exilado no Brasil, na casa do colega de profissão Celso Martins, por dois meses e 25 dias. Huete tem 30 anos e já trabalhou em meios tradicionais de Honduras, como o jornal El Heraldo, do qual pediu demissão em 2008 por não concordar com a política editorial. O jovem participou da cobertura do golpe em seu país de maneira independente, muitas vezes veiculando sua produção por meio da Rede FIAN da organização Fian Honduras (sigla em inglês para Rede de Ação e Informação “Alimentação primeiro”)

“Fazer a cobertura foi uma loucura, um impulso. Hoje penso ‘homem, você estava louco’. Tem coisas que não sei como pude fazer.” Na época, o jornalista usava uma câmera muito pequena e foi para a Casa Presidencial, na noite do dia 28. De madrugada, ouviam-se disparos de armas de fogo, as pessoas se jogavam no chão e procuravam defender-se como era possível. Para Huete, naquele momento havia aproximadamente 600 pessoas lá e no dia seguinte, o número aumentou.

O jovem confirma a dispersão violenta da multidão, no dia seguinte. “Agrediam qualquer pessoa que estivesse lá. Nunca vi nada como aquilo, só na televisão e a única coisa que me ocorreu foi tirar foto.” Huete caiu e foi golpeado nas costas por um militar, mas contou com a defesa de um colega. Nesse dia, ele fez contato com o Prensa Latina e publicou fotos por meio deles e da BBC por dois dias. “Foi incrível. Nem me interessava em saber onde publicavam, queria apenas que fosse publicado”, exulta.

Huete sentia desespero por informar. “Minhas mãos coçavam de vontade de escrever sobre isso e contar a todo o mundo porque os meios de comunicação daqui estavam de olhos e bocas fechados”. Em sua opinião, os meios de comunicação hondurenhos foram cúmplices, assassinos indiretos e violadores dos direitos humanos indiretamente, por meio de campanhas midiáticas que fizeram na época e continuam fazendo. “Os meios de comunicação tradicionais são golpistas e fascistas. É uma vergonha. Eu queria mostrar o que estava acontecendo aqui e acho que consegui. Rompemos um cerco midiático, ainda que em pequena escala.”

O trabalho jornalístico de Huete sobre a cobertura do golpe em Honduras, contudo, durou apenas um curto período, do dia 28 de junho até 9 de janeiro de 2010. “Depois disso, nada e não penso em voltar a fazer isso porque considero muito arriscado. Eu posso ser morto e por isso não vale a pena.” Atualmente, ele não é vinculado a nenhuma organização ou adepto de qualquer movimento social, aparentando certo descrédito em relação ao quadro político e social do país. “O trem da revolução passou por Honduras no período do dia 28 de junho ao dia 5 de julho e não foi dirigido, necessariamente, por Zelaya ou pelo comando da Frente Nacional de Resistência Popular (FNRP), era dirigido pelo povo.”

Huete lembra com entusiasmo dos protestos e marchas que participou. “Nunca vou esquecer isso, pois sonhava em ver o povo na rua gritando, desde antes do golpe. O jornalista sempre militou em movimentos sociais, dentre eles a Rede Morazânica [rede de meios informativos alternativos à grande mídia, que abrange, especialmente, Honduras e San Salvador, refletindo informações de caráter progressista e reivindicações da região] e seu sonho era ver as massas na rua. “Foi inacreditável. Fiquei muito contente por ver o povo hondurenho respondendo”, lembra ele. Além de ter sofrido agressões, Ronnie Huete, foi vítima de ameaças e esse foi o motivo de sua vinda ao Brasil.

“As ameaças foram feitas porque eu escrevia denúncias de violações aos direitos humanos, publicava fotografias e porque militava de forma muito radical com a Juventude Morazanista [setor jovem da Rede Morazânica]”. Segundo ele, os jovens estavam sempre na frente, durante as marchas e protestos e por isso foram localizados e começaram a receber ameaças. No dia 31 de dezembro, seqüestraram um colega, Cesar Silva, e nesse mesmo dia, ele também recebeu uma mensagem. Na época, Huete mantinha contato com o jornalista e historiador catarinense, Celso Martins, que ofereceu sua casa como refúgio.

A intenção era ficar apenas algum tempo no Brasil, e voltar após o clima de ameaça passar, mas, o jovem con-

fessa que, quando estava no Brasil, queria estar em Honduras e ficou muito confuso. “Fiquei muito sensível, uma espécie de estresse pós-traumático, eu acho. No meu país, enfrentei tudo e trabalhei tranquilamente, mas no Brasil, fiquei nervoso, triste, deprimido”, lembra. O jornalista Celso Martins, o qual Huete hoje considera como seu pai, também compartilhou suas experiências e de seus colegas, em movimentos e situações semelhantes e com isso o jovem hondurenho percebeu que tinha que voltar ao seu país e enfrentar o que estava acontecendo. “Não sou nenhum delinquente para fugir dessa maneira”.

Ele mandou um e-mail a um organismo hondurenho, que defende os direitos humanos, para tentar conseguir um emprego no país e a resposta foi de que seu dever era político e não era o momento para pensar em emprego. O jornalista afirma que ficou muito chateado e envergonhado por não ter condições de se manter. Depois dessa correspondência, ele decidiu voltar e se desligar de qualquer organização política de Honduras. Atualmente, não está sob nenhuma ameaça por não ter ligação alguma com FNRP ou qualquer outra organização.

RESISTÊNCIA NO RÁDIO - Na primeira semana depois do dia 28 de junho, havia mobilizações em toda Tegucigalpa. No dia 5 de julho, Manuel Zelaya tentou retornar ao país, em um avião venezuelano, que foi impedido de pousar no aeroporto de Tocontín. Houve conflito violento entre pessoas que foram receber o presidente deposto e a polícia. Nesse dia, assassinaram um jovem de 19 anos, que ficou conhecido como o primeiro mártir da resistência hondurenha, Isis Obed Murillo. Na estimativa do analista político, Ricardo Salgado, havia aproximadamente 500 mil pessoas nas ruas. “A partir daí, por 150 dias houve marcha todos os dias, mas a tendência era diminuir”, reconhece.

Salgado entende que Honduras viveu um estado de sítio histórico, por três dias. O objetivo dessa ação era evitar que as pessoas fossem às ruas e que as mobilizações se estendessem por mais tempo. “Os militares se justificavam, dizendo que aquilo estava acontecendo para o bem das pessoas e seus bens. Mas, nenhum dos mortos foi assassinado pelas mãos da resistência, nem destruíram propriedade alguma. As ações violentas não partiam ou partem da gente”, completa.

A seu modo, cada um reagia de maneira diferente. “O golpe me sacudiu. Me fez pensar que poderia fazer muito pouco como jornalista, quase nada, no meu cargo de cômodo consultor da Organização do Trabalho (OIT). A rua me chamava e os acontecimentos me provocavam”. Foi dessa maneira que o jornalista Felix Antonio Molina, com 25 anos de experiência na área, apresentou-se à FNRP. Ele conta que ficou cerca de duas semanas caminhando pelas ruas, todos os dias, protestando como cidadão e jornalista. “Estava na rua e me ligavam da rádio pública do Equador, da Venezuela, rádios cubanas, da rede de rádios de El Salvador, Guatemala. Saía de uma chamada para outra, contando o que estava acontecendo nas ruas de Honduras”.

Felix Molina sentiu que precisava formalizar sua cobertura nesse período e começou a trabalhar como correspondente da Radio Progreso (San Pedro Sula), em Tegucigalpa, integrando essa equipe por aproximadamente dois anos. Depois, ele propôs à direção da Frente que criassem um espaço da FNRP em algum veículo de comunicação, devido à constante procura de outros meios. “Vamos à Radio Globo e perguntemos quando custa”, decidiu. Com isso, recebeu autorização para organizar o processo, definir a estrutura do programa e buscar o dinheiro para financiá-lo.

O primeiro programa da Frente na Radio Globo, chamado Resistencia, foi ao ar no dia 3 de julho de 2009, quatro dias depois do golpe. “Entre junho de 2009 e dezembro de 2010 era mais fácil mantê-lo. Fazia-o praticamente todo da rua porque sempre havia mais de uma mobilização diária”, explica o jornalista. Molina conta que foi várias vezes a San José, onde estava localizada a sede do processo de diálogo para resolver a crise hondurenha e a casa do presidente da Costa Rica, Oscar Arias, que encabeçava a negociação entre o governo hondurenho e Manuel Zelaya. De lá, transmitia o programa via Skype.

Resistencia, apresentado todos os dias, das 20 às 21h por Felix Molina, tem um perfil conhecido no país como callejero (rueiro), com muito ruído e participação popular. “Apresentávamos a Resistência indignada, os estudantes enfrentando a polícia, o som das bombas de gás lacrimogêneo, disparos, diálogos com jornalistas internacionais, professores, mulheres”. Molina conta que nesse período, a capital recebia gente de todo o país e nesse programa,

essas pessoas tinham voz, assim como a dirigência popular, buscando prezar pela diversidade de expressão. Além disso, o projeto servia como um canal de comunicação entre o presidente deposto e a população hondurenha.

Para o jornalista, em 2010 teve início uma nova fase, muito bonita e importante, que foi o levantamento de assinaturas, numa consulta popular, para exigir o retorno do presidente deposto, formulando uma auto-convocatória constituinte. A meta mínima era de 1,25 milhão de assinaturas para comparar com 1,25 milhão de votos que, supostamente, foram depositados nas eleições militarizadas de novembro de 2009. “Vi que isso não seria possível ficando somente em Tegucigalpa, então, achei que deveria levar a rádio às ruas, onde estão as pessoas e assim levantar as assinaturas.” De onde quer que fossem realizar um ato da resistência, em qualquer lugar do país, para levantar assinaturas, Molina ia fazer o programa de lá, com transmissão ao vivo. “As pessoas gostavam de ouvir que, em locais distintos de Honduras, estavam fazendo algo criativo e bonito, com música e diferentes recursos, para cumprir a meta.” Atualmente, o programa é retransmitido por 20 emissoras locais, indígenas, comunitárias e negras.

VOZES MARGINAIS - Levar um veículo noticioso às ruas não foi o único fenômeno da área da Comunicação que teve destaque nesse período em Honduras. Rádios comunitárias desempenharam um papel de extrema importância na denúncia de crimes, conscientização e desenvolvimento de certas comunidades. Um exemplo é a rádio Faluma Bimetu (Coco Doce, em português), projeto de comunicação da Organização Fraternal Negra de Honduras (Ofraneh), primeira organização fundada para defender os direitos humanos do povo garífuna (grupo étnico cafunzo formado pela miscigenação de índios caraíbas e aruaques com escravos africanos) no país. Alfredo Lopes, de 58 anos, é coordenador e vice-presidente da rádio comunitária, localizada na comunidade garífuna de Triunfo de la Cruz, no município de Tela, departamento Atlántida.



Alfredo Lopes mora em Triunfo de la Cruz, uma das 46 comunidades garífunas de Honduras



Faluma Bimetu toca músicas e mantém programas na língua garífuna

As rádios garífunas também são alvo de repressão do Estado. Lopes registra que a Faluma Bimetu, por ser a mais consolidada, é a que mais sofre perseguição. “Depois do golpe de estado, a gente assumiu uma posição, que eles chamam de radical, mas para nós, foi quebrado um Estado de Direito e exigimos que esse estado seja restabelecido.” A equipe da rádio lançou uma campanha contra as eleições de novembro de 2009 e como resultado, incendiaram suas instalações, no dia 6 de janeiro. Com o empenho da comunidade, felizmente, um mês depois, conseguiram restaurar as operações. “Essa rádio tem muitos amigos, no mundo inteiro, mas também temos inimigos.”

A idéia da Faluma Bimetu nasceu em 1995, mas a transmissão teve início apenas em 10 de maio de 1997. De acordo com o vice-presidente, a rádio foi criada porque havia um conflito causado por um mega projeto turístico em Tela e a comunidade era contra, devido aos danos principalmente ambientais que o projeto causaria. A denúncia foi feita, mas, segundo Lopes, os mesmos donos dos meios de comunicação, eram acionistas do projeto e por isso ela não era veiculada. “Então, nos reunimos um dia e decidimos que tínhamos que buscar nosso próprio meio de comunicação, independente das dificuldades. É uma iniciativa local, que logo foi apoiada pela Ofraeh”.

Lopes relata que a rádio da comunidade garífuna enfrentou dificuldades, a partir do golpe de estado no país. Houve alguns problemas de sabotagem local. “Uma vez, roubaram todos os nossos equipamentos e o que não conseguiram roubar, estragaram com um alicate, de maneira que nos deixaram fora do ar por um ano.” Ele tem orgulho em dizer que na Faluma Bimetu as denúncias são feitas com nome e sobrenome e, por isso, sofrem repressão e ameaças. “A dinâmica da comunidade mudou totalmente porque a informação é veiculada, no momento em que está acontecendo”.

O problema de interferência na rádio por parte do Estado não acontece de forma oficial porque a concessão da frequência para essa rádio comunitária não é cedida pelo governo. Ainda assim, o vice-presidente da rádio afirma que as ameaças são constantes, permanentes, por telefone ou pessoalmente. “A polícia até chegou a vir aqui, querendo agredir, sobretudo, por causa dos programas de notícias, que abordam temas políticos”, explica ele.

O boicote local é muito comum, quase diário nesse veículo de comunicação da comunidade de Triunfo de la Cruz. Lopes confirma que alguns empresários da cidade interferem na frequência da rádio, mas eles conseguem facilmente alterá-la para voltar ao ar. “Além disso, estamos aumentando cada vez mais nossa potência”, conta orgulhoso. O transmissor inicial tinha 22W de potência, mas atualmente, eles transmitem com um de 600W.

A idéia e o ruído dos meios de comunicação alternativos e comunitários estão crescendo e se multiplicando em Honduras. “Antes éramos nós e a Radio Progreso, agora somos 12 e cada vez mais recebemos solicitações de pessoas que querem abrir suas rádios”, comemora Lopes, com um grande sorriso estampado no rosto.

CENSURA NACIONAL - Em 28 de junho 2009, outro meio de comunicação foi vítima da censura resultante do golpe de estado em Honduras. A Radio Progreso, meio comunitário e jesuíta de San Pedro Sula, cidade de pouco mais de 1 milhão de habitantes, no departamento de Cortés, foi fechada novamente, como fora em 13 de março de 1979, por ordem do Exército. As instalações da rádio foram tomadas por militares, que apontavam suas armas para as cinco pessoas que trabalhavam, naquele dia. O jornalista Gustavo Cardoza, apenas 30 anos, recorda que a única justificativa era que eles tinham ordens de superiores e precisavam fechar o local. “A gente havia decidido, antes de o contingente militar chegar, transmitir apenas música, por segurança pessoal. Havíamos, inclusive, tirado o diretor da rádio daqui, porque ele já tinha recebido muitas ameaças de morte.”

Depois da invasão, os militares comprovaram que os transmissores da Radio Progreso estavam desligados e foram embora, mas, regressaram mais tarde, alertando aos funcionários que, se a transmissão fosse restabelecida, eles voltariam “e as conseqüências seriam piores”. A rádio voltou a funcionar somente no dia seguinte. “Mesmo que estivéssemos com medo, não podíamos acatar a uma ordem arbitrária, afinal, foi um fechamento ilegal, sem nenhum documento que o autorizasse”. Cardoza diz que desde aquele dia, os funcionários sofreram outras ameaças de vários setores, dentre eles do governo e da igreja, mas não interromperam seu trabalho.



A Radio Progreso, apesar de ser jesuíta, não tem função de evangelizar ou pregar, mas acompanha, sobretudo os movimentos sociais e foca na demanda da comunidade em que está localizada e na região. Assim como a maioria de seus funcionários, o público alvo é formado basicamente por jovens, mas sem esquecer da população adulta, principalmente da área rural. O setor jornalístico da rádio defende a saída do repórter para a rua, onde tem contato com a população e acompanha os acontecimentos ao vivo.

“O acompanhamento que damos à população, não passou a existir a partir do golpe, mas desde muito antes, e ele reafirma nosso compromisso com a grande maioria do país”, explica. Ele conta que por causa desse trabalho, muitos de seus colegas já foram ameaçados, alguns já foram presos e outros tiveram suas cabeças colocadas à prêmio. Assim como outros jornalistas hondurenhos, a rádio tem funcionários que vivem com medidas cautelares cedidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, ainda que saibam que elas não garantem que nada acontecerá com eles. “O ano de 2010 foi cheio de violência, dez jornalistas foram mortos. Além dos assassinatos, há atentados contra rádios comunitárias, como a Coco Dulce (Faluma Bimetu), a rádio La Voz de Zacate Grande, no Sul do país, a Radio Orquídea e a rádio do Conselho Cívico de Organizações Indígenas de Honduras (Copinh), por exemplo.”

COMUNIDADE ENCARCERADA - O jornalista Gustavo Cardoza foi preso no dia 14 de agosto de 2009, durante a cobertura de uma marcha da FNRP, que sofreu forte repressão por parte da polícia. Ele reportava ao vivo para a rádio, por volta das 11h, quando a confusão teve início. O jornalista foi identificado e perseguido por cinco policiais. Mesmo depois de se apresentar como profissional de imprensa, Cardoza foi jogado em um carro patrulha com outros manifestantes e todos foram muito agredidos. “Como eu estava fazendo a reportagem ao vivo, eles não tiveram como ocultar o fato. Todos se deram conta. Trinta e duas pessoas foram presas, entre eles menores de idade e dois jornalistas”, contabiliza.

Quando o chefe da polícia, responsável por aquela zona, disse que apenas os jornalistas ali encarcerados deveriam ser soltos, os profissionais não concordaram e afirmaram que só sairiam de lá quando todos os 32 manifestantes fossem liberados também. Depois de algum tempo nas celas, eles obtiveram a permissão para ir ao pátio das instalações da polícia. Decisão tomada devido à pressão de pessoas da comunidade, advogados e juízes, que foram protestar na porta da delegacia. “Não que agora eu ache engraçado, mas lembro que, quando nos colocaram na cela, mesmo sem minhas ‘ferramentas’ de jornalista, a primeira coisa que eu fiz foi obter informações sobre meus companheiros de cárcere, foi uma questão de inércia, eu acho, e por isso lembro de muitos detalhes”, conta Cardoza num sorriso meio nervoso.

“Havia muita gente ferida”, conta “todos foram bastante agredidos, física e psicologicamente”. Na cela dele, havia mais quatro pessoas: um senhor chamado Julio, da zona de Aguán, onde há um sério conflito campesino; outro de 62 anos, que tinha em seu rosto um machucado provocado por um golpe de rifle e o último tinha a maçã esquerda do rosto machucada e feridas enormes na cabeça. Cardoza lembra também de outros dois outros senhores que estavam, ainda que presos na cela, algemados, o que, de acordo com o jornalista, era desnecessário. Os carcereiros alegaram que haviam “perdido a chave, no tumulto”.

Um dos 32 presos perdeu tanto sangue por conta de seus ferimentos, que chegou a desmaiar e foi socorrido pelos próprios companheiros de cela. “Havia um médico preso conosco, que acompanhava as marchas para prestar auxílio, e graças a ele, conseguimos reanimar o desmaiado”, conta. Em outra cela, havia pessoas em estado muito mais grave que tiveram que ser levadas ao hospital. “Sabemos que não havia delito por parte dos manifestantes, mas ainda assim a polícia não leu nossos direitos e não nos disseram o motivo das prisões.” Na opinião do jornalista, esse ato representou um atentado à integridade física das pessoas, além de uma violação aos direitos de expressão e de imprensa e, sobretudo, o direito que as pessoas têm de obter informação. Assim como Cardoza, na mesma noite daquele dia tenso e violento de protesto em San Pedro Sula, todos os manifestantes conseguiram sua liberdade.

“Eu fiz uma denúncia, que está em instâncias nacionais, mas só para documentar precedente porque sei que não vão fazer absolutamente nada. Há denúncias também no plano internacional, mas as estruturas de justiça do meu país não funcionam”, indigna-se. De acordo com o jovem funcionário da Radio Progreso, nos primeiros meses

depois do golpe, houve muita tensão nas ruas. Em sua opinião, ela ainda existe, mas a repressão é mais sutil, por meio de ameaças e assassinatos mais seletivos. Cardoza sente-se ressentido por ver a tranqüilidade de jornalistas das grandes corporações hondurenhas, que trabalham como se nada estivesse acontecendo, enquanto quem quer fazer um trabalho diferente, enfrenta dificuldades. “Alguns profissionais são protegidos e cuidados, outros sofrem muito. É uma das contradições da justiça, em Honduras.”, conclui Cardoza.



Diana Canales é jornalista independente em Honduras, mas também se formou em Psicologia, no Brasil



Romeo V. Velásquez foi chefe das Forças Armadas de Honduras e atualmente é diretor da Hondutel



Ricardo Salgado e Gloria Ogueli são militantes ativos da FNRP

Amarras coloniais e reflexos seculares

Um país dividido em dois, em oposição. Esse foi o resultado do golpe de estado em Honduras, país historicamente marcado por conflitos e dominação estrangeira. Desde sua descoberta, em 1502, por Cristóvão Colombo, que assegurou o controle da colônia espanhola, a região habitada originalmente pelos maias foi palco de lutas sangrentas como contra o conquistador mexicano Hernán Cortés, contra grupos de imigrantes atraídos por minas de ouro e prata, no século XVI, guerrilhas e também por piratas ingleses. Ainda no período de guerras, antes de firmar a colonização, destacou-se o líder indígena Lempira, herói hondurenho, que dá nome à moeda do país.

Em 1822, depois de romper laços com a metrópole espanhola, as províncias integrantes da Capitania Geral da Guatemala, da qual Honduras fazia parte, formaram a República Federal das Províncias Unidas da América Central. Contudo, divergências entre os países membros provocaram sua dissolução. Honduras proclamou-se, então, independente no dia 5 de novembro de 1838 e, no começo do ano seguinte, uma assembléia constituinte aprovou sua primeira Constituição.

No século XX, a banana tornou-se o principal produto de exportação de Honduras, por meio da comercialização feita pelos americanos. A United Fruit Company desempenhou papel fundamental na vida econômica e política hondurenha. Esse século foi marcado por processos políticos graduais e ditadores militares ocupando a presidência muito mais frequentemente do que civis. O país viveu uma conjuntura de instabilidade por muito tempo, com ditaduras e tentativas de golpes de Estado. Paralelamente, sofria com a crise econômica e o aumento do desemprego, causados pelos excedentes de produção.

Honduras só voltou a ter uma eleição pacífica em 1957, da qual saiu presidente o liberal Ramón Villeda Morales, que promulgou uma nova Constituição. Villeda provocou desconfiança na oligarquia hondurenha, que observava amedrontada o triunfo do comunismo em Cuba. Os oligarcas, então, apoiaram, em 1963, um golpe de estado, que manteve o coronel Osvaldo López Arellano no poder até 1974.

Mais uma vez, em 1969, o setor militar se mostrou enraizado nesse país da América Central, durante um conflito de fronteira com El Salvador. Na “guerra do futebol”, que durou cinco dias, Honduras ganhou a disputa esportiva, contudo, perdeu a militar. Mesmo tendo vencido a guerra, que fora solucionada com a intervenção da OEA, El Salvador se retirou do território hondurenho, que apresentava uma economia ainda mais frágil.

ATROPELO - No dia 28 de junho de 2009, o presidente Manuel Zelaya, que começou seu governo, democraticamente, em janeiro de 2006, iria realizar uma consulta popular, organizada pelo Instituto Nacional de Estadística (INE), órgão semelhante ao IBGE brasileiro. A consulta levantaria a seguinte questão: “Concorda com a instalação de uma quarta urna nas eleições gerais para decidir sobre a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte?” O resultado positivo daria origem a um projeto de lei, que seria apresentado ao Congresso Nacional, para a convocação da quarta urna. No geral, a sensação era de entusiasmo, pois seria a primeira vez que a população iria participar diretamente da tomada de decisão em seu país.

A consulta popular foi desautorizada pelo Congresso Nacional hondurenho e pela Corte Suprema de Justiça. Contudo, Zelaya decidiu realizá-la, ainda que seu valor fosse simbólico. Os militares se recusaram a distribuir as urnas e por isso, o presidente demitiu o chefe das Forças Armadas, Romeo Vasquez Velazquez, que não acatou a ordem e contou com o apoio dos demais comandantes, assim como do Congresso e do Judiciário. A alegação para executar o golpe foi que a intenção de Zelaya seria a reeleição presidencial e que a consulta iria configurar uma desobediência constitucional e uma ameaça à democracia do país.

Apesar de eleito pelo Partido Liberal, conhecido por ser conservador e que tem 120 anos de existência, Manuel Zelaya se mostrou um presidente muito popular, na verdade, populista, que defendia o interesse do povo, muitas vezes contrariando as decisões de seu partido. “A manobra do golpe foi anunciada pelo Comité para la Defensa de los Derechos Humanos en Honduras (Codeh) no dia 14 de maio e estava programada originalmente para o dia 25 de junho”, revela o analista político Ricardo Salgado Bonilla.

“Sou da quarta geração do PL, que tem visões diversas e conseguiu se manter assim porque sempre contou com o princípio da tolerância”, garante Gloria Oquelí de Mocotto, deputada por Honduras no Parlamento Centro-americano e co-presidente do Eurolat – Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana. Depois do golpe, Gloria percebeu que seu partido não gozava de tanta tolerância, como imaginava e atualmente ela milita na Frente Nacional de Resistência Popular. Os liberais estavam muito desorientados, pois nunca haviam dado um golpe de estado e chegado ao poder torcendo os caminhos. “O partido sempre foi conservador e contra esse tipo de trabalho nefasto, mas agora, os ultraconservadores do PL, prestaram-se a isso”, constata.

Na madrugada do dia 28, data em que seria realizada a consulta popular, a casa do presidente foi invadida pelos militares que, fortemente armados, levaram-no para a base aérea americana de Palmerola e, de lá, para a Costa Rica. Foi uma deportação não autorizada e ilegal. Enquanto isso, Honduras acordava para uma nova realidade: um golpe de estado e uma nação sem governo. As informações chegavam aos poucos aos ouvidos da população. A grande maioria se indignou e foi às ruas para protestar e reivindicar os direitos do povo e também do presidente, escolhido por ela, por vias democráticas. “Não esperávamos um golpe de estado, apesar de sabermos que as chances eram cada vez maiores. Hoje olhamos para trás e vemos sinais do golpe por todo lado, desde 2008,” revela o Bonilla.

Ele recorda que o cenário no país, dias antes do golpe, estava tenso. Havia pessoas a favor e contra a quarta urna. Ele conta que o pessoal da direita organizou, com muitos recursos, um enorme grupo de pessoas, que recebia dinheiro, vestimenta e transporte para que marchasse em frente à Casa Presidencial e ridicularizasse Zelaya. “Isso marcou uma tensão tremenda e como eles encontravam com militantes a favor, houve conflitos.”

Todas as nações das Américas, a União Europeia (UE), a Rússia e a Suíça condenaram publicamente a remoção forçada de Zelaya do poder e a maioria dos países, dentre eles o Brasil, definiu a ação como um golpe de estado. Organismos internacionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba), o Mercosul, a União das Nações Sul-Americanas (Unasul) e a Organização das Nações Unidas (ONU) também condenaram a ação. No dia 30 de junho, a Assembléia Geral da ONU aprovou uma resolução que condena o golpe de estado. O documento afirma que aquele ato “interrompeu a ordem constitucional e democrática e o exercício legítimo de poder em Honduras e resultou na remoção do presidente eleito democraticamente.”

Para o jornalista da Radio Progreso, Gustavo Cardoza, o episódio foi uma espécie de ensaio para reativar golpes desse tipo na América Latina e desacelerar o projeto do socialismo do século XXI. A deputada Gloria Oqueli confirma essa idéia, contando que uma junta de comandantes norte-americanos apareceu na televisão e disse essas mesmas palavras. “Afirmaram que não iam permitir que toda essa mobilização da América Latina se liberasse, chegasse a Honduras e ao Norte”, relembra.

Um documento da embaixada dos EUA em Tegucigalpa, vazado pelo site Wikileaks.org, mostra que a representação diplomática dos Estados Unidos, na figura do embaixador Hugo Llorens, considerou a deposição de Zelaya um golpe de estado. “A perspectiva da embaixada é de que não há dúvida de que o Exército, a Corte Suprema e o Congresso conspiraram no dia 28 de junho para o que constitui um golpe inconstitucional e ilegal contra o Poder Executivo”, diz o documento publicado pelos jornais The New York Times, El País e o Estado de São Paulo. Nesse documento, Hugo Llorens destaca que, independentemente das acusações contra Zelaya, a tomada do poder por Roberto Micheletti foi ilegítima e que as provas apresentadas pela oposição têm pouca consistência.

Na época do golpe o chefe das Forças Armadas era o general de brigada Romeo Vásquez Velásquez, que defende que essa instituição desenvolve uma série de funções, dentre elas a alternância do Poder Executivo e o zelo pelo cumprimento das leis do país. “Na verdade, estávamos apenas obedecendo a preceitos da Constituição da República, sob ordens de autoridades competentes.” Velásquez afirma que as atitudes das Forças Armadas não tiveram nada a ver com o âmbito militar, mas sim político. Para ele, o que existia era um conflito político e diante das funções atribuídas a eles, de acordo com a Constituição, tiveram que agir e cumprir suas tarefas.

O presidente do Congresso Nacional e também membro do Partido Liberal (PL), Roberto Micheletti, foi escolhido como o novo presidente de Honduras, decisão tomada apenas no período da tarde do dia 28. Para que Micheletti ingressasse na Casa Presidencial, milhares de hondurenhos, que se manifestavam no local, foram duramente reprimidos. Foi o primeiro episódio de violência dos muitos que antecederam a sequência dessa história marcante para a política e para os movimentos sociais de Honduras.

REPÚDIO INTERNACIONAL - A reação internacional, em relação ao golpe, foi intensa. No dia 5 de julho, Honduras foi excluída da OEA, por 33 votos de 34 possíveis. Mais de dez nações latino-americanas, assim como todos os países-membros da UE concordaram em retirar seus embaixadores de Honduras até que Zelaya voltasse ao poder. Outras reações foram relatadas pela agência Reuters: a Venezuela suspendeu o envio de petróleo ao país e os vizinhos de Honduras - El Salvador, Guatemala e Nicarágua - suspenderam o comércio por terra por 48 horas. O Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento interrompeu seus empréstimos ao país.

Internamente, Honduras sofreu uma divisão entre os que eram contra o golpe e os “golpistas”. Os hondurenhos que se posicionaram contra formaram um grande e poderoso movimento: a Frente Nacional de Resistência Popular (FNRP). A entidade agrupa uma grande variedade de setores já organizados, como a maioria das organizações camponesas, indígenas, de trabalhadores, sindicatos, jovens, de artistas e de meios de comunicação, como a Radio Globo, o jornal El Libertador e o Canal 36. É uma organização com peso social e político de massas, com quase

mil delegados e membros, inclusive, do chamado Departamento 19 (D-19), formado por hondurenhos, que vivem no exterior e que, de acordo com o Instituto Nacional de Estatísticas, chega a movimentar 2 bilhões de dólares por ano. A FNRP, contudo, ainda não configura um partido político, mas um fenômeno social muito complexo.

Em termos práticos, em Honduras há dois tipos de resistência. Um é a FNRP, que funciona como uma instância, que pode hospedar sindicatos, grêmios, políticos, partidos; e há a resistência como fenômeno, um movimento “em resistência” há muitas décadas. “As mulheres, por exemplo, têm resistido à forma patriarcal de governo, os jovens têm resistido à discriminação da juventude, os homossexuais têm resistido aos maus tratos e à discriminação, assim como os indígenas, os garífunas e outros setores marginalizados”, explica o jornalista Gustavo Cardoza. Esse segundo tipo de resistência se mantém não só por causa de uma conjuntura pontual, mas sim por ser contra a estrutura dos governos, as más práticas dos políticos e a cultura de corrupção.

Após o golpe, Honduras mergulhou em uma crise política, que afetou diversos setores como o econômico. Na busca por uma solução, a OEA nomeou o presidente da Costa Rica, Oscar Arias, como mediador de um processo de diálogo. Nessa posição, Arias propôs o pacto de San José, que pretendia restituir Zelaya à presidência, ainda que com poderes executivos limitados. O acordo também pretendia dar anistia política a ele e antecipar as eleições de novembro, entre outros pontos. Dessa maneira, iniciou-se uma tentativa de conciliação entre o presidente deposto e o governo ilegal de Micheletti.

O impacto negativo que esse acontecimento histórico causou a Honduras foi bastante forte. Glória Oquelí lamenta um dos piores: na época do golpe, por exemplo, estava para ser assinado um acordo entre a região centro-americana com a européia, que representaria um pilar importante para a política, diálogo e defesa dos direitos humanos. Seria uma cláusula absolutamente democrática e benéfica, mas que foi impossibilitada pelo golpe.

Também é possível observar a influência desse fato nas relações sociais de Honduras. Criou-se um ambiente social e psicológico de permissividade, que afeta tanto a estrutura do Estado, como o comportamento das pessoas. Na opinião da jornalista Diana Canales, já é possível ver que há coisas elementares que a população não quer respeitar porque viram que é possível desrespeitá-las. A impressão dada é que é possível romper com a normatividade, com tudo. “A polícia se comporta dessa maneira, assim como as pessoas na rua. As relações pessoais são mais autoritárias.”

O chefe das Forças Armadas Romeo Vásquez Velásquez tenta se justificar. Ele acredita que há feridas profundas no povo devido à crise política que envolveu os hondurenhos e por isso ele defende a ideia de que é necessário conhecer a cultura militar, que não tem nada a ver com o âmbito político e nem ideológico. “A atitude de tirar Zelaya de sua casa e seu país foi um cumprimento de ordens dadas às Forças Armadas pela Corte Suprema de Justiça, sem relação com o setor militar.” Para ele, os executores apenas se limitam a cumprir ordens dadas pelas autoridades competentes e a ordem era evitar as mortes a todo custo. “O que acontecia é que, às vezes, faziam registros de casos isolados e era isso que os meios de comunicação informavam, mas talvez não tenham se dado conta da verdade, que eram poucos os problemas que havia aqui”.

A crise política, de certo modo, aflorou o senso crítico da população que, desde o primeiro dia, se mostrou ativa nos protestos em busca de justiça e pela defesa da democracia. Ricardo Salgado Bonilla confirma que, durante o golpe, havia denúncias de abusos constantes e vindas de diversas regiões do país. Um fator decisivo para sua divulgação foi a atuação dos poucos meios de comunicação alternativos e independentes, que abriam espaço para aqueles que queriam se informar e buscavam notícias que os meios tradicionais se negavam a dar. “Honduras estava em todas as manchetes do mundo, depois do golpe, e ficou assim por quatro ou cinco meses. Depois, foi sendo esquecida”, lamenta Salgado.

Nesse contexto, em qualquer lugar do mundo, os meios de comunicação exercem um papel fundamental. Em Honduras, os veículos mais poderosos são antigos, tradicionais e posse da histórica oligarquia do país. Com isso, assim que se deflagrou o golpe, o maior desafio era romper o cerco midiático e ele foi encarado pelo povo, sobretudo, e por alguns meios alternativos, que serviam como um canal para a verdadeira resistência. Como consequência dessa postura meios de comunicação foram invadidos, fechados, censurados e profissionais agredidos e

ameaçados.

Com a ajuda da internet, firmaram-se pontes de solidariedade e comunicação, que conseguiram levar ao mundo a notícia de que, em pleno século XXI, houvera um golpe de estado na América Latina, ainda que a maioria dos veículos noticiosos preferissem informar insistentemente sobre a morte de Michael Jackson, que ocorrera 3 dias antes do golpe. Uma dessas pontes veio até o Brasil e criou laços com catarinenses. O jornalista e historiador Celso Martins, por exemplo, abrigou o jornalista hondurenho Ronnie Huete em sua casa e, antes disso, criou um blog específico para tratar do tema, o Honduras é logo ali!, que chegou a ter quatro mil acessos diários. Para Martins, a Radio Globo e a Rede FIAN foram fontes essenciais de informação. “Naquele momento da resistência contra o golpe, o pessoal se engajou totalmente, enquanto foi necessário.”

A relação de Celso Martins com Honduras começou no dia da tentativa de retorno de Zelaya a Honduras, em 5 de julho, enquanto assistia ao noticiário. Ele não lembra como ficou sabendo da existência da Radio Globo, mas assim que soube, sintonizou-a via web. No site da rádio, ouviu as denúncias e o povo pedindo o retorno do presidente. “O que me sensibilizou foram aquelas vozes, de pessoas simples e sedentas por mudança.” A partir daquele dia, o jornalista se sentiu emocionalmente comprometido com aquela luta. “Senti que não era uma coisa ideológica, mas espontânea e séria, de pessoas que não tinham aceitado o golpe.”

Em seu **blog**, a preocupação fundamental era a violação dos direitos humanos, de um modo geral, e o cerceamento da atividade dos colegas jornalistas. Ele procurou nunca entrar em aspectos ideológicos, como a relação de Zelaya com Chávez, e condenar ou não o papel dos EUA. A luta pela redemocratização de Honduras saiu daquele território e viajou até o Brasil, mais especificamente Florianópolis, onde foi feito o primeiro ato de solidariedade ao povo hondurenho.

No dia 25 de setembro de 2009, na Esquina Democrática, em Florianópolis, o Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina promoveu, com o Portal Desacato e a revista Pobres e Nojentas, uma manifestação de apoio ao povo hondurenho, e reuniu assinaturas pedindo o retorno de Manuel Zelaya e em defesa da liberdade de imprensa e de expressão em Honduras. Essa atividade foi narrada, cinematograficamente, em uma passagem do filme *De um golpe, Honduras*, dirigido por Aline Razzera Maciel e Pepe Pereira dos Santos, escrito e realizado em Florianópolis.

Após o ensaio de retorno frustrado a Honduras, no dia 5 de julho, quando foi assassinado o primeiro resistente, o jovem Isis Obed Murillo, Zelaya retornou clandestinamente ao país, no dia 21 de setembro, quase três meses depois de ter sido retirado da presidência. Na capital hondurenha, o presidente deposto abrigou-se na embaixada do Brasil.

Durante a madrugada do dia 22, de acordo com a Folhapress, o governo ilegal cortou o fornecimento de luz, telefone e água na embaixada, casa de dois andares, que passou a atuar como refúgio, mas também cárcere de Zelaya. Além dele, estima-se que lá havia, primeiramente, 313 pessoas e depois, 70, que ficaram dependendo de um gerador de energia a diesel.

Nesse dia, houve uma manifestação pró-Zelaya em frente à embaixada, com a participação de aproximadamente quatro mil pessoas, que resultou em novos confrontos. Soldados lançaram gás lacrimogêneo e balas de borracha contra a multidão. A repressão desse dia fez mais uma vítima: a estudante de Direito, Wendy Elizabeth Ávila, de 24 anos, que sofria de asma e teve complicações em seu sistema respiratório devido às bombas. Cerca de 150 pessoas foram presas por “desrespeito ao toque de recolher e por participação em distúrbios”, como o ataque a veículos das forças de segurança. O confronto foi violento e várias pessoas saíram gravemente feridas.

Para o analista político Ricardo Salgado Bonilla, a ida de Zelaya à embaixada era algo inesperado, mas ele o fez, com o objetivo de conversar e negociar. “Ele é um homem que dialoga, que procura esgotar todos os meios possíveis, mas Honduras não é um ambiente de diálogo.” Manuel Zelaya deixou a embaixada do Brasil, no dia 10 de dezembro de 2009, depois de mais de quatro meses do seu turbulento retorno. O presidente deposto embarcou, junto com sua esposa e filha, para o exílio na República Dominicana.

NOVO PRESIDENTE, MESMO GOVERNO - Apesar da tentativa de diálogo entre Roberto Micheletti e Manuel Zelaya ter iniciado ainda nos primeiros meses depois do golpe, o governo interino caracterizou-se pela repressão. O contexto era desenhado pela forte pressão popular e internacional, assim como pelas restrições econômicas que essa situação impôs a Honduras. No dia 29 de novembro de 2010 foram realizadas eleições, das quais Porfirio Lobo Sosa saiu vitorioso, com 56% dos votos. As complicações econômicas, contudo, seguiram até 31 de maio de 2011, quando Honduras foi reintegrada à Organização dos Estados Americanos (OEA), com o voto contrário do Equador e o voto com reservas da Venezuela.

De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) hondurenho 61% do eleitorado, cerca de 2,5 milhões de votos, participou das eleições, embora a oposição afirme o contrário e acredite que tenha existido fraude. O assessor de Zelaya, por exemplo, afirmou à BBC que a abstenção chegou a 67%. O TSE alegou “falha técnica” para justificar a demora na apuração dos votos e na divulgação do resultado preliminar da votação. De acordo com a Agência EFE, até o dia 1 de dezembro de 2011, apenas 77,17% dos votos haviam sido apurados.

Pepe Lobo foi eleito presidente de Honduras com 56% dos votos, contra 38% do outro candidato, Elvin Santos. Eram 4,6 milhões de hondurenhos, 1 milhão deles residentes no exterior, aptos a votar, que deveriam escolher um presidente, três vices, 128 deputados e 298 prefeitos. “Mentiram, dizendo que foram as eleições mais votadas da história de Honduras, desafiando uma regra histórica de que o povo tem memória ruim. Durante as eleições, era possível sair na rua e não ver uma só pessoa caminhando”, conta Salgado.

O resultado prévio seria anunciado às 17h, mas isso só aconteceu por volta das dez da noite. “O que estavam fazendo? Inflando os números e Pepe Lobo sabe disso.” Para o analista, a primeira atitude do presidente, ao assumir o governo, foi tentar se livrar da “questão Zelaya” e dedicou o seu primeiro ano de mandato para conquistar a comunidade internacional. O novo presidente tomou posse no dia 27 de janeiro de 2010.

Para os Estados Unidos, seus aliados na Europa e na América, como Colômbia e Peru, as eleições iriam acabar com a crise que Honduras vivia. Contudo, até o mês de maio de 2011, Brasil, Argentina, Venezuela, Bolívia, Equador e Nicarágua são alguns dos países, que não reconhecem o governo de Pepe Lobo. “Antes havia certa inquietude sobre quem era essa pessoa que estava assumindo o governo. Atualmente, não há dúvidas de quem é Porfirio Lobo Sosa e o que ele está fazendo e já sofremos com isso”, lamenta Salgado. Para ele, a crise está muito mais profunda em comparação com o período em que o presidente assumiu.

Passado um ano após o golpe, o governo de Porfirio Lobo não conseguiu superar a forte crise econômica do país, causada principalmente pelo desemprego, baixa renda e altos impostos. Consequentemente, a população passa fome e sofre com violações aos direitos humanos, sociais e econômicos, além dos conflitos latifundiários e do narcotráfico. Politicamente, o país continua vivendo uma ditadura centenária dividida entre dois partidos majoritários: o Partido Nacional (PN) e o Liberal (PL) e a União Democrática (UD), que é de esquerda.

Nesse mesmo período, de acordo com o analista político, a repressão aumentou, estreitaram-se as relações com grupos paramilitares da Colômbia e com forças da ultra-direita da América Latina. “O primeiro ano passou sem que as duas porções da população hondurenha, divididas pós-golpe, se vissem frente a frente.” Os primeiros meses do governo de Porfirio Lobo Sosa foram dedicados muito mais às relações internacionais do que ao melhoramento da crise interna. “O governo busca manter boas relações dentro da hipocrisia da diplomacia mundial, mas as ações nesse círculo são sempre suspeitas.” Com a eleição de Pepe Lobo, os meios de comunicação tradicionais tiveram que retomar seu trabalho e o fizeram, normalmente, a partir da realidade que havia sido interrompida. Os meios alternativos é que têm uma posição reivindicadora real e que são dirigidos e organizados por grupos sociais que reivindicam seu direito de viver de maneira diferente, sem esquecer do que houve, independente de já estarem sob novo governo.

Uma das primeiras medidas do governo de Pepe Lobo foi instalar a Comisión de la Verdad y la Reconciliación, no dia 25 de fevereiro de 2010, que pretendia investigar a crise política do país, no ano anterior. A comissão, formada por cinco membros, entre eles dois estrangeiros, e coordenada pelo ex vice-presidente da Guatemala, Eduardo Stein, investigaria os acontecimentos de antes, durante e depois do golpe que derrubou Manuel Zelaya.

A formação dessa comissão foi alvo de duras críticas internas e também de outros países. A oposição defende a idéia de que a comissão serviria apenas para maquiagem o que aconteceu. Como contrapartida, ela criou a Comisión de Verdad, cujo lema é “Sem verdade, não há justiça”. Ela é formada por voluntários, que crêem na causa dos direitos humanos para chegar à verdade e lutar por justiça.

Do ponto de vista do analista político Ricardo Salgado, a Comisión de la Verdad y la Reconciliación é uma criação dos EUA para arrumar uma história que afirme que houve golpe de estado, mas que foi uma ação justa, democrática e pela defesa dos bons costumes, da religião e da família. “É um órgão completamente parcial, sem credibilidade e que tem como fonte, unicamente, assassinos e ladrões. Na penitenciária há criminosos mais decentes que eles”, indigna-se. A comissão é formada por pessoas que há muito tempo vivem do Estado e por isso o povo não tem grandes expectativas em relação às atividades dela. Essa comissão ainda conta com toda a logística e estrutura do Estado hondurenho e de outros países que a apoiam, contudo, tem pouco interesse nas violações que estão acontecendo na atualidade.

TRANSFORMAÇÕES - Além de aglutinar grandes setores da comunidade hondurenha na Frente Nacional de Resistência Popular, o golpe incentivou uma efervescência cultural nunca vista em Honduras. A difusão da internet também foi um fenômeno importante, senão, determinante. “O golpe nos permitiu reconhecer uma quantidade incrível de valores. Houve uma explosão cultural muito rica, com escritores, cantores, artistas de todos os tipos”, afirma Ricardo Salgado Bonilla.

Para a artista e cantora da Resistência, Karla Lara, os meios de comunicação ainda precisam evoluir bastante, no sentido de valorizar a arte produzida pelos próprios hondurenhos. “Há uma falência muito forte nos meios de comunicação, em geral, porque há pouco apoio e pouca visão. Eles não sabem como é importante colocar a música nacional no imaginário popular.” O grupo de pessoas que faz música e arte alternativa já é grande e está aumentando, desde o golpe. A resistência é o fator que mais tem aglutinado artistas e pessoas do setor cultural, em Honduras. “Nossa música está circulando muito, ainda que por meio da pirataria. A produção cultural depois desse acontecimento cresceu consideravelmente e o consumo dela também”, comemora Karla.

A cantora salienta o papel vital, de sensibilização e convocatória, da cultura nesse período que Honduras tem vivido. “A arte, em geral, é uma forma muito bonita de se fazer propostas políticas.” Mas esse crescimento só aconteceu porque a população hondurenha quebrou o tabu de que arte é para consumo de uma elite, gente culta e estudada. O acesso a ela passou a ser um direito exigido. Nas marchas e protestos, por exemplo, frequentemente há concertos com artistas nacionais da Resistência e eles são celebrados por todos, formando uma verdadeira festa popular. A cantora ainda comemora um outro aspecto da sociedade hondurenha, que tem mudado bastante, desde o golpe: o fortalecimento da luta feminista. “A participação das mulheres tem dado visibilidade a essas questões porque estamos em muitas posições de poder, onde se tomam decisões importantes.”

Salgado lembra que em 2004, Honduras tinha apenas 1.800 *sites* na rede, mas que o quadro mudou muito, durante o governo de Zelaya. “O acesso a internet é muito mais difundido e a figura do computador também já não é estranha, como há seis anos”, explica. Com essa ferramenta, houve êxito comunicacional e o processo de abertura para a transmissão de idéias. Uma pesquisa realizada pelo Centro de Registro de Domínios de Honduras (NIC-HN), em maio de 2011, aponta que há 5.719 *sites* hondurenhos registrados. Ou seja, cresceu mais que o triplo, em quatro anos. A jornalista Diana Canales vê outras mudanças no país, pois não se conheciam muitos sociólogos e estudiosos da política estrangeira, principalmente de esquerda, que é quem vê o mundo de outra maneira, mas a rede abriu um leque de possibilidades a quem tem acesso a ela. “Ampliamos nossa visão de mundo para tentar entender algumas coisas que aconteciam aqui.”

A internet foi fundamental para a difusão de informações no período de repressão e com a ajuda dela, os meios de comunicação alternativos também se fortaleceram e se firmaram de vez no território hondurenho. Foi uma resposta à exigência da população, que buscava versões diferentes daquelas ouvidas nos veículos tradicionais. “Acredito que os jornalistas também se dividiram, depois do golpe. Quanto mais favoráveis à mudança, mais sofrem e mais dificuldades encontram.”

O grande diferencial desses meios alternativos é o espaço dedicado à população, onde os hondurenhos é que são protagonistas. O jornalista Gustavo Cardoza, rádios tradicionais como a HRN ou Radio America, dificilmente apresentam a voz de um camponês ou de uma dona de casa, mas sim de ministros, deputados, prefeitos. “Nós apresentamos o contrapeso porque o restante da população também tem opinião.” Na sua visão, as condições de trabalho para os jornalistas não mudaram nada, comparando os governos de Roberto Micheletti e Porfirio Lobo Sosa. No governo atual, há também muitas mortes, assassinatos incrementados e seletivos. “Criaram uma Secretaria de Direitos Humanos somente para preencher um requisito da comunidade internacional, pois não vemos nenhum benefício para a população hondurenha.”



Dois anos após o congelamento das relações com Honduras, o novo embaixador brasileiro é Zenik Krawetschuk



Terça-feira é dia de reunião de Porfirio Lobo Sosa com seus ministros, na Casa Presidencial

Algumas práticas jornalísticas foram descobertas pelo povo de Honduras, somente depois do golpe. “Viram que muitas vezes o que ouviam nem sempre era real, que havia uma cortina, que cobria o que realmente estava acontecendo, que agiam de acordo com determinados interesses”, explica a jornalista independente Diana Canales. Para ela, a linguagem que se utiliza também é muito importante porque ajuda a construir a realidade impregnada de interesse de diversas pessoas. Ela acredita que as pessoas têm o direito de identificar sua própria realidade, viver de maneira autônoma e consciente. “Isso é impossível de ser feito se não temos as informações adequadas.” Diana vê Honduras como uma país pequeno e frágil, como a maioria das nações latino-americanas, onde as políticas de Estado foram, quase sempre, decididas por organizações internacionais e por influencia de outros países.

O movimento de resistência em Honduras é fortemente representado pelos jovens. Antes, essa juventude não tinha o costume de pertencer a uma organização, fora grupos de igrejas católicas ou evangélicas, equipes de futebol ou, no máximo, uma organização campesina. Nem mesmo os grupos universitários ou de escolas tinham incidência no público e nem participação na política. “A Frente passou a agregar uma parcela de jovens que não estava em nenhum desses grupos. Ela está criando um tecido social e organizacional, onde os jovens estão incluídos”, conta Cardoza.

A deputada por Honduras no Parlamento Centro-americano e co-presidente da EuroLat, Gloria Oquelí, é forte defensora da FNRP, mas sobretudo, dos meios pacíficos e por isso, frequentemente, denuncia os casos de violações que Honduras viveu e vive até hoje. “A juventude foi a mais golpeada, mas demonstrou que não quer viver sob o comando de nenhum império. Não querem ditaduras, querem liberdade. Eles estão interados de toda a imundice, toda a porcaria e hipocrisia da política e da diplomacia e estão dizendo basta.” Ela entende que a po-

pulação mudou e já é possível ver grandes transformações na sociedade. Há um processo de organização muito grande, de tomada de consciência, de formação política, educação, reencontro e liberação.

Atualmente, a FNRP passa por um momento de reflexão e tomada de decisões. A grande questão é: tornar-se ou não um partido político? “Não podemos ficar em resistência eternamente, temos que começar a dar passos, na verdade, saltos quânticos e convertê-los em uma alternativa para o povo hondurenho. Temos que seguir pressionando e lutando, mas também construir algo novo”, afirma Gloria.

Nesse processo, consultar a população, desde os setores mais marginalizados, como os garífunas, os camponeses, indígenas e outras organizações é essencial, pois, para muitos, eles são a verdadeira resistência e onde reside a força motriz desse movimento. Caso isso não seja realizado, essa grande aliança popular que se formou na Honduras pós-golpe irá se desfazer e a população seguirá fragmentada e longe das tomadas de decisão.

As vítimas da impunidade resistem

Organizações de defesa dos direitos humanos de Honduras como o Comitê para a Defesa dos Direitos Humanos em Honduras (Codeh) e a Anistia Internacional, afirmam que, desde a queda de Zelaya a perseguição política e assassinatos de dirigentes opositores se transformaram em uma “política de Estado” em Honduras. A repressão violenta se estende a setores chave como ao magistério, aos advogados e aos meios de comunicação e jornalistas. Desde julho de 2009 até maio desse ano, 13 jornalistas foram assassinados, dez deles apenas em 2010. Nem todas as intimidações são fatais, porém são constantes e os opressores nem sempre têm identificação conhecida, mas vão desde o Exército e a polícia, até os próprios donos dos veículos, que têm a certeza de que o desemprego é uma ameaça bastante eficaz em um país onde 1,2 milhão de pessoas estão desempregadas.

Com o objetivo de modernizar e resolver a crise nessa área, o governo de Porfirio Lobo Sosa criou, em setembro de 2010, a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, comandada pela advogada Ana Piñeda, que começou a atuar em 2011. Honduras conta ainda com a promotoria de Direitos Humanos, desde 1997 e com a Comissão Nacional de Direitos Humanos, desde 1982. Além disso, há várias organizações não governamentais que defendem as liberdades públicas, como o Codeh, o Conselho Cívico de Organizações Populares e Indígenas de Honduras (Copinh) e o Comitê de Familiares de Detidos Desaparecidos em Honduras (Cofadeh).



A Secretaria de Justiça e Direitos Humanos reconhece que em 2009 Honduras viveu um golpe de Estado, que criou uma cultura de desordem institucional, alteração da democracia e deteriorização dos direitos humanos. Com base nisso, ela assinala a necessidade de melhorar a investigação de delitos. “Quando um delito não é investigado, favorece sua reincidência e a impunidade”, afirma a secretaria de Justiça e Direitos Humanos, Ana Piñeda.

A solução, de seu ponto de vista, seria a criação de um plano interinstitucional, que permita em curto prazo, ter respostas e estratégias de Segurança, de maneira integral. Seria necessário ainda contratar mais agentes de investigação, melhorar a logística e fortalecer as capacidades técnicas e profissionais das instituições que investigam, promovem o requerimento e julgam os delitos no país. Ana afirma que já há foram abertos processos referentes às mortes de jornalistas, mas somente a Promotoria Especial de Direitos Humanos e a Promotoria de Delitos

Comuns do Ministério Público poderiam dar maiores detalhes sobre as investigações.

A função dessa secretaria, contudo, permanece um pouco confusa, visto que a própria Ana Pineda afirma que ali não se investigam as violações aos direitos humanos. “Essas investigações são de responsabilidade da Secretaria de Segurança e da Promotoria Especial de Direitos Humanos”, isenta-se.

O Codeh e a Promotoria dos Direitos Humanos apresentaram, até março de 2011, 32 casos aos tribunais internacionais, contudo, ninguém foi preso. “Acreditamos que a lógica do sistema judicial e fiscal segue respondendo ao golpe de Estado”, afirma o presidente do Codeh, Andrés Pavon. Depois do golpe, o comitê tem uma média de 1200 trabalhos de violações aos direitos humanos em curso. Antes, eram 700.

O grupo que trabalha no Comitê é formado por 98% de voluntários e apesar do considerável aumento de demanda, a mão-de-obra não sofreu acréscimo. “Ainda precisamos transpor obstáculos como a perseguição política”, denuncia o presidente. Desde junho de 2009 até esse ano, o Codeh está dando seguimento a 188 casos de homicídios, que são considerados como causas políticas. “Temos casos de ameaças, perseguições, fustigação, lesões graves, entre outros”.

No geral, as vítimas são pessoas vinculadas aos movimentos sociais ou politicamente vinculadas à Frente Nacional de Resistência Popular (FNRP), mas sobretudo, qualquer setor organizado. Os jornalistas são alvos específicos. “Acredito que haja aproximadamente 14 casos de jornalistas”, afirma Pavon. Ele acredita que a intenção dessas violações é construir medo e terror, além de paralisar o trabalho da resistência e qualquer possibilidade de organização que tenha o propósito de reverter o status quo em que segue o Estado hondurenho.

Andrés Pavon salienta que casos de violações aos direitos humanos são noticiados apenas por meio dos veículos de comunicação que não são golpistas, que ele chama de meios em resistência. “O golpismo não menciona nada, a não ser que a pessoa agredida seja uma figura altamente conhecida. Pode até chegar a mencionar, mas como um caso de delinqüência comum”, esclarece.

DIREITOS HUMANOS NA AGENDA - A conclusão mais conhecida pelos hondurenhos para os casos de violações aos direitos humanos é a impunidade. Os crimes políticos não são reconhecidos como tal e as investigações não são realizadas. Por esse motivo, é possível afirmar que, se as violações aos direitos humanos já são política de Estado em Honduras, a defesa deles tornou-se agenda em certos meios de comunicação.

A Radio Globo Honduras, que tem 11 anos de existência, foi invadida duas vezes pelo Exército, sendo que na primeira invasão, os profissionais ficaram aproximadamente quatro horas sob a custódia dos invasores. Sua transmissão foi interrompida e seus funcionários sofreram agressões e são ameaçados até hoje. Muitos vivem com medidas cautelares concedidas por órgãos internacionais e com lembranças dolorosas da violência sofrida. Contudo, no período de crise, o veículo se posicionou contra o governo e mantém a defesa dos direitos humanos como prioridade em sua política editorial. Por conta de seu trabalho naquele ano, a rádio foi contemplada, em 2009, pelo Prêmio Ondas, promovido pela Sociedade Radiofônica de Barcelona (Espanha), como a melhor rádio ibero-americana.

A cobertura durante o golpe foi cheia de situações em que a equipe da rádio tinha que tomar decisões imediatistas, na hora, e para isso contavam com o compromisso do repórter com a organização. “O trabalho foi possível por causa da conjugação de vários elementos, entre eles a solidariedade interna e a convicção”, revela o diretor-executivo da Radio Globo, David Romero Ellner. Naquele momento, havia dois objetivos: quebrar o cerco midiático imposto pela ditadura e informar ao mundo que em Honduras estavam reprimindo. “Havia censura, perseguição e estado de sítio. Era duro, muito duro, mas se nos calássemos, a ditadura teria êxito e acredito que estaríamos causando danos a esse povo”, conclui.

Nesse contexto, a mística objetividade jornalística e a definição de verdade entraram em xeque, diante do que era omitido nos noticiários hondurenhos. “Não podemos acreditar que nós temos a verdade, mas que podemos mostrar o que está acontecendo e o povo tem capacidade de perceber aquilo”, afirma Ellner. O público sabia que

havia repressão, que os militares estavam nas ruas, que os centros comerciais estavam fechados, assim como as escolas, mas isso não era dito na maioria dos meios de comunicação do país. “Com esse fenômeno entendemos que, um veículo de comunicação, por menor que seja, e por mais que enfrente dificuldades, se está no ar, pode protagonizar um papel histórico e nós fizemos isso.”

O vice presidente de Honduras, Samuel Reyes compara os momentos mais críticos da crise, com o que se vive atualmente em outras regiões, como na Líbia, por exemplo, e conclui que houve liberdade de expressão e o amadurecimento democrático de Honduras. “Aqui, sempre se manteve essa liberdade de poder informar o que acontece, seja a favor ou contra”, declara. Para ele, em momento algum se reportou que correspondentes internacionais foram agredidos, sofreram qualquer tipo de ameaça ou que tiveram seus equipamentos confiscados. “Em termos gerais, ao comparar com outros lugares, Honduras dá segurança à classe jornalística”, salienta o vice-presidente, contrariando dados e depoimentos.

Samuel Reyes diz que, diante de denúncias de violações aos direitos humanos, o presidente Porfirio Lobo Sosa tem sido enfático em esclarecer que elas não são parte da política de governo e nem do Estado. Se houve abusos em algum momento, o presidente defende que se estabeleça em qual situação, onde estão as falhas e o que o governo pode fazer para corrigi-las.

É importante reconhecer a atuação de certos meios alternativos ou “da oposição”, em Honduras e na América Latina, visto que, de acordo com a Anistia Internacional (AI), a região é a segunda mais perigosa para se exercer o jornalismo, perdendo apenas para a Ásia. Aproximadamente 400 jornalistas foram ameaçados ou atacados em 2010 nas Américas e pelo menos 13 foram assassinados em Honduras, afirma a AI.

A primeira-dama de Honduras, Rosa Elena Lobo acredita que o contato do governo atual com a imprensa não poderia ser melhor, pois a imprensa é livre para opinar e dizer o que pensa e acredita. “O fato de nos questionarem sobre algo que fizemos ou deixamos de fazer não nos molesta, mas fortalece para buscarmos melhorias.” Além disso, enfatiza que a criação da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos foi um passo muito importante para a democracia do país, porque ela seria uma instituição encarregada de assegurar que a autoridade não abuse de sua autoridade, em detrimento aos direitos humanos.

Honduras, contudo, parece ser um país de contradições, tanto na prática, quanto no discurso, semelhante a outros países onde política se confunde com poder. Enquanto o governo afirma que está se reconciliando com o povo, que a imprensa é livre e a democracia tem se desenvolvido como nunca, a população e os profissionais da comunicação afirmam o contrário. Para o jornalista da Radio Progreso, Gustavo Cardoza, a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão, em Honduras, nunca foram respeitadas e agora os hondurenhos estão muito mais vulneráveis, pois o ambiente de insegurança é muito forte. Diante dessa concepção ele levanta o seguinte questionamento: se os jornalistas e os meios de comunicação sofrem essa vulnerabilidade social e indefesa, como se sentem os cidadãos? “Sem ir ao extremo e dramatizar, mas em Honduras, como muitos países da América Latina, é complicado viver, as pessoas tentam apenas sobreviver.”

Um dos principais problemas apontados pelos hondurenhos é que, apesar das eleições de novembro de 2009, o governo de Porfirio Lobo Sosa seria uma continuação do golpe, pois o projeto político das pessoas que deram o golpe continua. Alguns rostos mudaram, mas muito poucos. “O que chama a atenção é a cara de pau de Pepe Lobo, que colocou membros da junta militar golpista em setores chaves de seu governo, como na Marina Mercante e na Comunicação. Além disso, Roberto Micheletti continua tendo o mesmo poder que teve, quando houve o golpe”, revela Cardoza. Um exemplo é o general de brigada Romeo Vásquez Velásquez, chefe da Forças Armadas



A primeira-dama Rosa Elena Lobo
coordena projetos sociais em Honduras

durante o golpe e que atualmente é presidente da Hondutel, empresa estatal de telecomunicação, que também presta serviços de tecnologias da informação.

JUSTIÇA NO LABIRINTO - Bertha Oliva é coordenadora do Comitê de Familiares de Detidos Desaparecidos em Honduras (Cofadeh) e se considera uma hondurenha, convertida em defensora planetária dos direitos humanos. “Estou convencida que cada ofensa ou cada violação feita a qualquer ser humano está sendo feita contra a humanidade e contra mim.” Os casos e denúncias são tantos que a capacidade do Cofadeh já foi extrapolada, em relação ao processamento e acompanhamento devido para cada caso. Na pequena casa de dois andares, no bairro chamado La Plazuela, conhecido pela violência, onde esta a sede do comitê, são feitas de cinco a dez denúncias diárias.

Conforme seus dados, em média, 16 pessoas são assassinadas em Honduras todos os dias e nenhum desses casos segue o processo normal de investigação que um Estado de Direito demanda. “Não há exigência, nem compromisso no processo de investigação por parte instituições do Estado, que se converteram em verdadeiros elefantes brancos, que estão aqui para dar continuação à institucionalidade e sugar os fundos públicos”, acusa.

Além disso, aqueles cidadãos que protestam, que se revoltam e buscam denunciar os abusos acabam, muitas vezes, sendo intimidados. “Se você for a uma instituição do Estado, como o Ministério Público, por exemplo, para fazer uma denúncia, a primeira atitude deles é te fazer sentir culpada pelo que está acontecendo”, conta Bertha. Querem que as pessoas sintam como se não deveriam reclamar, denunciar e nem conhecer seus direitos.

Segundo a coordenadora do Cofadeh, sabe-se que um povo educado é capaz de se revelar diante das injustiças dos controladores do Estado e por isso o setor da Educação tem sido vítima de tantas violações. A Educação é uma chave determinante para os propósitos de paralisar os movimentos sociais no país e aqueles que buscam defender essas vítimas, também acabam como alvo de repressão. “No período entre a última quinzena de fevereiro e o início de março deste ano, três advogados foram assassinados. Em nenhum desses casos houve investigação”, denuncia.

A comunidade internacional vende a idéia de que em Honduras está tudo bem, mas a crise é espantosa, no plano local. O Cofadeh registra que, em 2010, no regime de Lobo, houve 309 mortes de autoria suspeita. Foram 28 homicídios por abuso de autoridade e 34 assassinatos por conflito de terra. Desde o golpe, são 90 assassinatos políticos confirmados. Só em 2010, 96 pessoas foram assassinadas por motivações políticas, muitas delas eram, de alguma maneira, ligadas à Frente Nacional de Resistência Popular (FNRP). Foram contabilizadas ainda, 274 ameaças de morte, sendo que 233 delas foram direcionadas aos defensores dos direitos humanos, além de 26 casos de tortura e 96 de lesões graves.

“Há muitas mortes, que não estão nessa estatística porque nossa capacidade já foi extrapolada. Os dados divulgados são os que temos condições de verificar”, lamenta Bertha. O Cofadeh conta com o trabalho de 17 pessoas, mas há 18 departamentos (estados) em Honduras. Há muitos casos de violações, que não estão contabilizados porque eles não têm condições de documentá-los.

“O sentimento de impunidade é alarmante”, sinaliza a coordenadora. O Cofadeh apresentou mais de 550 denúncias de violações aos direitos humanos, desde o golpe militar até o regime de Pepe Lobo e em nenhuma delas foi realizado o processo de investigação devido. E tudo por uma inversão de valores pois, nenhum caso teve justiça nos tribunais hondurenhos porque o Ministério Público, ao invés de ser um órgão inquisidor e acusador, defen-



Bertha Oliva coordena o Cofadeh, criado em 1982, década em que muitas pessoas, inclusive seu marido, desapareceram

doendo a vítima, acaba por atuar contra ela.

No caso da Radio Globo e Canal 36, o Ministério Público chegou a abrir juízo, mas mais por causa de uma imagem política, pois não fizeram requerimento contra quem deveriam ter feito, ou seja, contra Roberto Micheletti, porque suspendeu as garantias constitucionais e ordenou o fechamento de meios que não atuavam em consonância com sua ditadura; e contra Romeo Vásquez Velásquez, que era o chefe das Forças Armadas, órgão que efetuou esses atos. Os processos foram feitos contra quem executou a ordem, mas não contra quem deu a ordem.

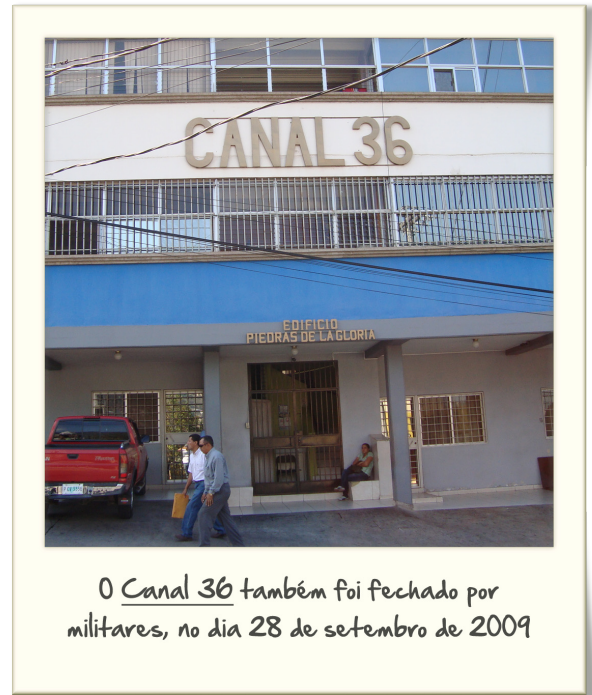
Bertha Oliva revela que há ineficiência nos tribunais internacionais, que chegam a cobrar pela sua atuação e não geram confiança nas vítimas. “A Corte Penal Internacional julga pessoas e não o Estado, mas até aonde eu sei, custa muito. Podemos morrer, antes que a justiça chegue.” Uma das soluções, seria levar os aos tribunais dos EUA e então convertê-los em crimes de lesa humanidade. “Acredito que o que Honduras está vivendo deve servir como preocupação para todos. Quem paga pelos atropelos e pelas violações somos todos nós.”

O JORNALISMO SE POSICIONA - A história do Jornalismo em Honduras sempre esteve atrelada às atividades políticas e militares, desde os primeiros anos de sua independência. O primeiro periódico, chamado La Gaceta del Gobierno, foi fundado em 1830 e era um órgão oficial, administrativo, que continha resoluções do governo e até o início do século XIX foi o único expositor gráfico do país. O jornalismo hondurenho teve certo auge, nas últimas décadas do século XIX, nos governos de Marco Aurélio Soto (1876-1883) e Policarpo Bonilla (1893-1895), que criaram condições favoráveis para seu exercício.

O Jornalismo na região da América Latina foi um dos veículos fundamentais para transmitir idéias revolucionárias e comunicar pensamentos e sentimentos como o patriotismo, por exemplo. Em Honduras, nem todos os jornais existiram por um tempo considerável, alguns foram publicados apenas uma vez, mais por questões políticas do que financeiras. Esse ofício, contudo, era o meio encontrado pelo povo para expressar suas vontades, frente ao colonialismo e os problemas econômicos e políticos conseqüentes dele.

No final do século XIX, o imperialismo americano já havia penetrado em países da América Latina e muitos jornais e donos de jornais se renderam aos expansionistas, fazendo com que a imprensa latino-americana seguisse as instruções do norte. Honduras não conseguiu fugir desse processo, pois o Jornalismo lá é dominado ainda pela oligarquia, configurando um cerco midiático. Contudo, sua essência de um serviço para o povo tem dado sinais de resgate e fortalecimento, por meio de veículos alternativos, independentes e comunitários, que com o golpe e os movimentos e transformações sociais decorrentes dele, ou encorpados por ele, têm ganhado o respaldo da população e se tornado cada vez mais profissional.

O período do golpe e da crise que se seguiu determinou tanto a polarização da sociedade, como dos meios de comunicação. Os profissionais tiveram que se posicionar: com os golpistas ou com a resistência. Nessa decisão, em alguns casos pesou o compromisso de sustentar uma família e a falta de oportunidade, mas em outros, destacou-se



O Canal 36 também foi fechado por militares, no dia 28 de setembro de 2009



Som automotivo e internet móvel foram importantes ferramentas durante a transmissão clandestina da Radio Globo

o compromisso social e o ativismo, desde que houvesse espaço.

Os profissionais da Radio Globo se engajaram, abrindo espaço para a resistência e tornaram-se profissionais militantes, ativos contra o golpe. Eles sentiram o peso da repressão, das ameaças e das dificuldades financeiras. Em sua cobertura, não anulavam o governo e seus representantes, apenas não tinham a mesma receptividade deles, em comparação com os veículos tradicionais.

O diferencial estava, e ainda está, na abertura que deram à população, aos representantes da resistência e, em geral, qualquer hondurenho que estivesse contra a situação imposta. “Há um casamento entre o meio de comunicação e o povo. O jornalista não pode estar em todos os lugares e o povo é o melhor repórter que temos”, explica o diretor-executivo da Radio Globo, David Romero Ellner. Depois que passou a efervescência da resistência, mantiveram sua cobertura, só que em menor intensidade, até porque a própria resistência diminuiu a sua intensidade.

A utilização de meios como a Radio Globo e o Canal 36, por exemplo, por parte da população serviu não só como canal de transmissão de idéias, mas as denúncias, muitas vezes, puderam garantir a segurança de muitas pessoas ou, pelo menos, a menção de acontecimentos que eram simplesmente ignorados pelos outros veículos ou pelas autoridades. “Acredito que com o golpe, o povo deixou de ter medo do sistema”, comemora Ellner.

“Acredito que eles fizeram uma opção correta porque havia uma situação anormal, uma situação de emergência e eles se adaptaram a essa situação”, opina o jornalista e historiador catarinense Celso Martins, que manteve um blog sobre o caso. Depois, houve a necessidade de acomodação e foi o que os profissionais daquele veículo fizeram. Durante o período da crise, a cobertura jornalística em Honduras tomou um perfil mais radical, a tal ponto que a troca de farpas foi mútua entre os golpistas e a resistência. “O Micheletti foi apelidado de Goriletti e havia ilustrações dele com a boca cheia de sangue, parecendo vampiro.”



Samuel Reyes, vice-presidente, acredita que Honduras vive um considerável amadurecimento democrático



Ainda é comum encontrar militares nas ruas de Honduras

Nesse período, para ele, ficou evidente nos dois lados o que não se deve fazer no Jornalismo e o que empobrece essa prática. O lado da resistência abandonou a argumentação, a denúncia, a apresentação de provas, de fatos e passou a ridicularizar, falar mal e o outro lado fez a mesma coisa. “Nessa polarização, quem perdeu foi o Jornalismo, de modo geral. A análise e a apresentação de fatos foram eliminadas.” Atualmente, a rádio continua como uma interlocutora da resistência, mas com a prudência do Jornalismo, esforço de isenção, ouvindo as partes, enfim, dando um quadro mais amplo para o ouvinte tirar a sua conclusão.

RECOMEÇO - Honduras ainda está se transformando, não só na área da Comunicação, mas por todos os cantos e sem dúvida, o golpe de Estado de 2009 foi o marco para todas as mudanças. O episódio ainda está muito presente no cotidiano dos hondurenhos e o processo de acomodação e reconfiguração desse povo, seu governo e sua relação com a comunidade internacional não serão concluídos em pouco tempo.

A Organização dos Estados Americanos (OEA) aprovou, por 32 votos a favor e um contra (Equador), a readmissão de Honduras, no dia 1º de junho de 2011. O país foi suspenso da entidade no dia 4 de julho de 2009, após o presidente Manuel Zelaya ter sido derrubado por golpe de Estado. No dia 28 de maio de 2011, Zelaya retornou a Honduras, condição imposta por alguns membros da OEA para apoiar a readmissão.

Após seu retorno, o presidente deposto pediu à comunidade internacional que reconheça do governo de Porfirio Lobo Sosa, eleito em 2009. O fato foi possibilitado pelo acordo de Cartagena, que cria bases para a reincorporação de Honduras à comunidade internacional. Além disso, o país ganhou aval para voltar ao bloco chamado Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba), que é comandado pela Venezuela.

Nessa ocasião, os EUA foram lembrados e criticados pelo fracasso do Acordo de San José, que previa o retorno de Zelaya, com a instituição de um governo de unidade que liderasse a transição e organizasse as eleições, sem a alteração da Constituição. A nova negociação entre Zelaya e Lobo foi conduzida por Chávez e pelo presidente colombiano, Juan Manuel Santos.

Existem algumas questões que precisam ser levantadas depois do acordo: a redação inicial da resolução não fala explicitamente em “golpe” contra o ex-presidente Manuel Zelaya; o governo do Equador reclama que, nos atuais termos, aqueles que praticaram o golpe contra Zelaya não terão de responder na Justiça por seus atos. Alguns dirigentes da Frente Nacional de Resistência Popular (FNRP) rejeitam o regresso de Honduras à OEA por considerarem que os crimes contra os direitos humanos no país continuam impunes.

O presidente do Equador, Rafael Correa, afirmou que seu país não apoiará o retorno de Honduras à OEA, enquanto os responsáveis pela deposição de Zelaya não forem julgados e punidos. O acordo de Cartagena, mediado por Colômbia e Venezuela, prevê também o reconhecimento da FNRP como partido político e a realização de uma consulta popular que pode abrir caminho para a Assembleia Constituinte.

Antes desse acordo, a Justiça de Honduras anulou os processos de corrupção e ordem de prisão contra o ex-presidente, emitidos durante o polêmico período do governo de Roberto Michelletti. A consulta popular que Zelaya propunha, na época, modificaria a Carta Magna do país, mas os críticos do presidente deposto afirmam que sua intenção era mudar o marco jurídico do país para poder se reeleger, o que é vetado pela atual Constituição.

Ao retornar a Honduras, Zelaya afirmou que promoverá a reconciliação nacional, o respeito e indenização às vítimas de violações de direitos humanos durante a crise que derrubou seu governo e que continuará com o processo para a realização do plebiscito para promover uma Assembléia Constituinte - argumento utilizado pela oposição para sua deposição.

Hondurenhos celebraram com uma verdadeira festa popular o retorno de Manuel Zelaya, que vinha da Nicarágua em avião venezuelano, no dia 28 de maio. Ele foi recebido por familiares e milhares de simpatizantes no aeroporto internacional de Tocontín, enquanto representantes da FNRP mostravam cartazes com a frase “Esperamos 700 dias em resistência”.

Os desafios acompanham o país e a sociedade hondurenha, na medida em que as mudanças acontecem. Em 2014 deve assumir um novo governo, que encontrará dificuldades históricas para administrar, mas também problemas recentes e consequentes do golpe. Para a Unicef, esse fato representou um freio brusco no processo de desenvolvimento de Honduras. Atualmente, mais de 60% dos hondurenhos vivem com menos de US\$ 1 por dia, o que significa pobreza extrema, já que a cesta básica com 30 itens, para uma família de cinco membros, por exemplo, custa US\$ 338,00.

As mudanças que Honduras precisa são profundas, mas espera-se que elas aconteçam sobretudo, com base na justiça, tão pouco praticada nesse país centro-americano. A sensação, contudo, é de esperança, pois a coragem e força na luta começaram a mostrar resultados, sobretudo, na consciência de seus cidadãos, que se amplia e exige mudanças.